

CRMV PR

Conselho Regional de Medicina Veterinária

Nº 29 - ano VII - Agosto de 2009



Impresso Especial

9912215938/ 2008 DR/PR
CONSELHO REGIONAL DE
MEDICINA VETERINÁRIA DO
ESTADO DO PARANÁ
CORREIOS



Área Livre SEM Vacinação

O Médico Veterinário e o Zootecnista
frente aos Novos Desafios Ambientais

Os riscos das Doenças
Emergentes Negligenciadas



04

Carta aos profissionais

06

Por dentro do conselho

05

Transparência

08

Geral

10

Conselho em ação



11

Ética profissional:
a sociedade
agradece

12

Os Riscos
das Doenças
Emergentes
Negligenciadas



14

Área Livre SEM Vacinação

16

Melhoramento Genético de Peixes no Brasil: A experiência com a Tilápia GIFT em Maringá



Arquivo CRMV-PR

18

Ilegalidade das multas aplicadas pelo CRQ em laticínios

19

Regulamentação Estabelecimentos Avícolas

20

A casa de Louis Pasteur (1822-1895) *De volta para o passado: uma visão de futuro!*



Acervo Casa Louis Pasteur / Abissal

22

O Médico Veterinário e o Zootecnista frente aos Novos Desafios Ambientais



stock.xdimg

24

Acapameve celebra 10 anos de fundação



25

Serviço

27

Agenda



Carta aos profissionais



Masaru Sugai: Presidente do CRMV-PR

Hoje, possuímos um CRMV-PR forte e atuante; estamos entre os maiores do Brasil. São cerca de 7 mil inscritos e 5,2 mil empresas atuantes •

40 anos

Colegas, neste ano o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná completou 40 anos de fundação. Hoje, possuímos um CRMV-PR forte e atuante; estamos entre os maiores do Brasil. São cerca de 7 mil inscritos e 5,2 mil empresas atuantes.

A atuação do Conselho vem sendo ampliada ano após ano, como vocês podem conferir na matéria de "Ética profissional: A sociedade agradece" (pág. 10). A sociedade também está contribuindo cada vez mais com o CRMV-PR para zelarmos pela ética no exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia.

O que somos e o que conseguimos nestes 40 anos devemos à obstinação de José Quirino dos Santos, José Daniel Van Der Broocke, Marlene de Almeida, Renato Afonso Glaser, Carmo Oliveira Rocha, Teturo Yamada, Carlos Henrique Montanha Viana, Ivan Nunes Torres, Silvio Ribeiro Degásperi, Pedro Gorte, Aurelino Menarim Junior, Benedito Mendes de Siqueira, Natal Jataí de Camargo, Mário de Oliveira Branco, João Roberto Basile e Adilson João Daros; todos eles membros fundadores do CRMV-PR. Alguns destes colegas, infelizmente, não estão mais conosco. No entanto, eles nos deixaram uma herança profissional. Aos nossos fundadores nosso: Muito Obrigado!

Parabéns a todos nós!

Masaru Sugai

Presidente do CRMV-PR

Expediente

Diretoria Executiva:

Presidência: Masaru Sugai
Vice-Presidência: Nestor Werner
Secretaria Geral: Célia Mayumi K. Trentini
Tesouraria: Oscar Lago Pessôa

Conselheiros efetivos:

Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, José Carlos Calleya, Noemy Tellechea Pansard, Ricardo Maia, Ricardo Pereira Ribeiro

Conselheiros suplentes:

Ailton Benini, Amauri da Silveira, Carlos Alberto de Andrade Bezerra, Carlos Henrique Siqueira Amaral, Odete Vólz Medeiros, Paulo Amaro Lopes Perpétuo

Comissão Editorial:

Noemy Tellechea Pansard (presidente), Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, Ricardo Pereira Ribeiro

Jornalista Responsável:

Gabriela Roussenq Sguarizi
jornalismo@crm-v-pr.org.br

Estagiário:

Rafael Adamowski

Tiragem:

10 mil exemplares

Impressão:

Gráfica Graciosa

Projeto Gráfico:

Abissal Design & Comunicação
www.abissaldesign.com.br

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná

Rua Fernandes de Barros, 685 - Alto da XV
CEP: 80045-390 - Curitiba - Paraná
Fone/Fax: (41) 3263-2511
www.crmv-pr.org.br

As matérias e artigos assinados não representam necessariamente a opinião da Diretoria do CRMV-PR.

Transparência

Demonstrativo de Receitas e Despesas

Período: Janeiro a julho/2009

Receitas	R\$	%
Anuidades de Pessoas Físicas	1.147.834,30	36,04%
Anuidades de Pessoas Jurídicas	1.565.089,46	49,14%
Subtotal	2.712.923,76	85,18%
Receitas com Aplicações Financeiras	89.580,33	2,81%
Receitas com Inscrições	61.187,25	1,92%
Expedição de Carteiras	14.067,69	0,44%
Expedição de Certidões	-	0,00%
Expedição de Certificações	43.218,86	1,36%
Receita de Dívida Ativa	138.728,25	4,36%
Transferências do CFMV	-	0,00%
Outras Receitas (*)	86.017,13	2,70%
Alienação de Bens Móveis	39.350,00	1,24%
Total (A)	3.185.073,27	100,00%

Itens	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal	725.953,27	38,37%
(2)*	Material de Consumo	31.677,04	1,67%
(3)*	Serviços de Terceiros e Encargos	19.663,90	1,04%
(4)*	Outros Serviços e Encargos	1.003.049,18	53,02%
(5)*	Despesas de Custeio	850,00	0,04%
(6)*	Obras/Benfeitorias e Instalações	33.880,69	1,79%
(7)*	Equipamentos e Material Permanente	76.874,65	4,06%
(8)*	Aquisições e Inversões	-	0,00%
	Total (B)	1.891.948,73	100,00%

Superávit Orçamentário: C=A-B**1.293.124,54****40,60%**

(*) Outras Receitas: Multas p/falta inscrição/registo. Multas p/falta RT, Multas p/ausência à Eleição, Indenizações e Restituições (custas processuais), Multas, Juros e Atual. Monet. s/anuidades PF e PJ, Taxa de Propriedade Rural e Listagens de Empresas

(**) A relação percentual é do Superávit obtido em relação à Receita ((C/A)x100), ou seja quanto da receita não foi comprometida pela despesa.

Méd. Vet. Masaru Sugai

CRMV-PR N° 1797

Presidente

Jorge Alves de Brito

CRC-PR 028374-0/O

Contador

Detalhamento de Despesas

(1)* Salários, Gratificação por Tempo de Serviço, Gratificação de Função, Serviços Extraordinários, 13º Salário, Férias, Abono pecuniário de férias, Gratificação 1/3-Constituição, Ajuda de Custo Alimentação, Auxílio Creche/babá, INSS, FGTS, PIS; Indeniz;

(2)* Artigos de expediente, Despesas c/ Veículos, Art. Material Limpeza/Conservação, Gêneros Alimentícios, Mat. Acess. p/Máq. e Apar., Vestuários e Uniformes, Outros Materiais de Consumo;

(3)* Prestação de Serviços de Autônomos e INSS s/Serviços Prestados;

(4)* Assessorias: Jurídica Administrativa e Trabalhista, Locação de Móveis e Imóveis, Telefone, Fax, Serviços Postais, Diárias/Passagens Diretoria e Conselheiros, Água/Esgoto, Energia Elétrica, Plano de Saúde, Vale Transporte, Serviços de Informática;

(5)* Benfeitorias, Reformas e Instalações no imóvel da Sede/Delegacias Regionais do CRMV-PR;

(6)* Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório, Materiais Bibliográficos, Utensílios de Copa e Cozinha, Máquinas e Aparelhos de Escritório, Equipamentos de Informática, Aparelhos de Intercomunicações, Veículos e Aparelhos de Foto Cinematográficos;

(7)* Aquisição de Imóveis, Tit. Represent. Capital Integralizado, Aquisição de Outros Bens de Capital.

Entrega de cédulas

20/03/2009 – Ponta Grossa
23/03/2009 – Curitiba
14/04/2009 – Curitiba
20/04/2009 – Ponta Grossa
06/05/2009 – Maringá
21/05/2008 – Curitiba
28/05/2009 – Umuarama e Cascavel

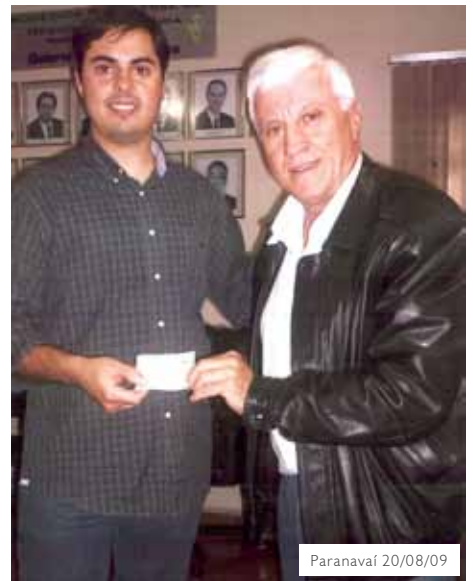
22/06/2009 – Londrina
23/06/2009 – Curitiba
20/07/2009 – Curitiba
27/07/2009 – Ponta Grossa
20/08/2009 – Paranavá
21/08/2009 – Curitiba



Londrina 22/06/09



Ponta Grossa 27/07/09



Paranavá 20/08/09

Nota

In memoriam



Formado em Medicina Veterinária no ano de 2007, pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Marcos Antonio Bondavali faleceu no dia 27 de julho, aos 33 anos em decorrência de complicações respiratórias. Filho de Elizeu e Terezinha Bondavali, Marquinhos – como gostava de ser chamado pelos amigos – teve um vida de luta.

Frequentou a escola fundamental em sua cidade natal e o ensino médio em Curitiba, onde começou a cursar Medicina Veterinária, na UTP. Após dois anos, em 2001, transferiu-se para a Universidade de Passo

Fundo (RS). Lá estudou por um ano e meio, quando resolveu retornar a Curitiba para concluir seu curso em 2007.

Marquinhos deu os primeiros passos aos oito meses de idade, época em que teve seu crescimento comprometido. Aos 15 anos, quando atingiu sua altura máxima - 93 centímetros, parou de crescer e há oito anos parou de andar.

Dotado de inteligência brilhante e esforço invejável, ele foi auxiliado por seus pais e familiares, que mesmo com poucos recursos financeiros mas muito amor e dedicação, concentraram esforços na realização de seu sonho: ser Médico Veterinário.

Como Médico Veterinário, Marcos Antonio Bondavali, deixou para todos os seus colegas paranaenses a sua mensagem e o seu exemplo: coragem, obstinação, humildade, esforço e dedicação na luta contra todos os obstáculos surgidos pela conquista do ideal.

O Conselho de Medicina Veterinária do Paraná homenageia a memória deste profissional e manifesta seu orgulho por tê-lo tido em seu quadro de profissionais inscritos, acreditando que na continuidade de sua caminhada, onde quer que esteja, estará brilhando com muita luz. ●

Nota

Novo site do CRMV-PR



Foi publicado no mês de julho o novo site do CRMV-PR. A nova ferramenta proporciona novos serviços a profissionais e empresas. Acesse!

Nota

Quem nos deixou

É com extremo pesar que o CRMV-PR informa o falecimentos dos profissionais:

- Méd.Vet. Bruno Marcondes Camargo
CRMV-PR nº 8757 VP - 30/07/2009
- Méd.Vet. Marcos Antonio Bondavali
CRMV-PR nº 7865 VP - 27/07/2009
- Méd. Vet. Paulo Ricardo Silva Griebeler
CRMV-PR nº 8099 VS - 29/06/2009
- Méd.Vet. José Luiz Katrein Stock
CRMV-PR nº 724 VP - 17/04/2009

CRMV-PR completa 40 anos de criação

São 40 anos. No dia 28 de julho de 1969 entrou em vigor a Resolução 5/69, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que criou o CRMV-PR.

O mesmo documento também criou os Conselhos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Pará/Amapá. Além de criar o CRMV-PR, a Resolução 5/69 também estabeleceu que o primeiro médico veterinário presidente da Autarquia no Paraná fosse José Quirino dos Santos. A posse da primeira gestão do CRMV-PR aconteceu no dia 9 de setembro de 1969.

A publicação da Resolução 5/69 pelo Conselho Federal só foi possível graças à promulgação, no ano anterior, da Lei Federal 5.517/68, a qual criou o Sistema CFMV/CRMVs. Esta lei, de autoria do deputado federal Sadi Coube Bogado, proporcionou à classe a função de fiscalizar o seu exercício profissional, atividade esta desempenhada até aquele momento pelo Ministério da Agricultura.

A primeira diretoria do CFMV era composta pelos médicos veterinários Ivo Torturella (presidente), Stoessel Guimarães Alves (vice-presidente); Hélio Lobato Valle (secretário-geral) e Raimundo Cardoso Nogueira (tesoureiro). ●



1ª Gestão CRMV-PR / 1969-1972

Diretoria Executiva

Presidente: José Quirino dos Santos
Vice-Presidente: José Daniel Van Der Broocke
Secretária-Geral: Marlene de Almeida
Tesoureiro: Renato Afonso Glaser

Conselheiros Efetivos

Carmo Oliveira Rocha
Teturo Yamada
Carlos Henrique Montanha Viana
Ivan Nunes Torres
Silvio Ribeiro Degásperi
Pedro Gorte

Conselheiros Suplentes

Aurelino Menarim Junior
Benedito Mendes de Siqueira
Natal Jataí de Camargo
Mário de Oliveira Branco
João Roberto Basile
Adilson João Daros

Projeto Veterinário Mirim é premiado



“A forma mais eficaz para se promover a educação da população é a realização de atividades voltadas à educação infantil, que visem mudanças comportamentais e de atitude da sociedade em geral.

O Veterinário Mirim, é um trabalho realizado pelo Projeto de Extensão da UFPR ‘Controle de Zoonoses em Curitiba e Região Metropolitana’, conta o docente Alexander Biondo, um dos idealizadores do projeto, que é realizado em parceria com o Centro de Controle de Zoonoses de Pinhais. Durante o II Encontro Nacional de CCZ, realizado em Florianópolis no mês de abril, a experiência bem sucedida do Veterinário Mirim foi classificada em 2º lugar geral.

A iniciativa busca conciliar o papel do médico veterinário à educação infantil na

HINI: Suspensos eventos do Dia do Médico Veterinário

Neste ano, em virtude da recomendação da Organização Mundial de Saúde para adiar eventos públicos, a programação de eventos alusivos ao Dia do Médico Veterinário e aos 40 anos do Conselho, em Curitiba, foi suspensa. Por enquanto, não há previsão para novas datas. Informações: (41) 3263.2511

Livro cataloga 400 espécies de aves

A Prefeitura de Curitiba lançou no mês de julho o livro “As Aves de Curitiba”. O trabalho reúne importantes ornitólogos curitibanos e traz um catálogo das cerca de 400 espécies de aves registradas na cidade, entre nativas, migratórias e exóticas. Produzido pela Secretaria do Meio Ambiente, dentro do programa Biocidade, o livro reúne o trabalho de 18 ornitólogos de Curitiba, que registraram a presença de 367 espécies nativas, sete espécies introduzidas e já aclimatadas e outras 22 exóticas. Junto com a descrição das espécies, a obra traz as datas e os locais onde as aves foram encontradas.

Nessa primeira edição foram confeccionados 500 exemplares que serão distribuídos a bibliotecas públicas e instituições de pesquisas de todo o Brasil. ●

rede de municipal de ensino. Em 2007 os participantes do projeto ministraram palestras, em 22 escolas públicas do referido município, abordando controle de zoonoses, bem-estar animal e guarda responsável. Os trabalhos produzidos pelos alunos foram avaliados e os melhores, premiados. “O concurso possibilita a atuação das crianças como propagadoras do conhecimento adquirido a seus familiares e amigos, formando cidadãos mais responsáveis e conscientes, além de aproximar e integrar direta e indiretamente estudantes, médicos veterinários e comunidade”, ressalta Biondo. ●

PR recebe comitiva de médicos veterinários da República Tcheca e da Eslováquia

No período de 9 a 13 de setembro, o Paraná recebe a visita de uma comitiva formada por 41 médicos veterinários da República Tcheca e da Eslováquia. O cronograma da visita é formado pelos diversos ramos de atuação profissional médico veterinário no Paraná: agronegócio paranaense; visita às instalações do Hospital Veterinário Clinivet, em Curitiba; visita à sede do CRMV-PR; e trabalhos desenvolvidos pela Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH).

“Com a vinda destes colegas, os profissionais do Paraná ganharão pelo efetivo intercâmbio socioeconômico e cultural. Não temos conhecimento no Brasil de tão numerosa comitiva de profissionais vindos do exterior da área veterinária”, enfatiza o presidente do Sindivet-PR, Cezar Amin Pasqualin. ●

Informações poderão ser obtidas no SINDIVET-PR pelo telefone (41) 3322-0151.

Plano de Saúde Familiar Unimed

Uma conquista da frente sindical organizada pelo Sindivet-PR e que engloba os sindicatos dos Zootecnistas, dos Administradores, dos Técnicos Agrícolas, dos Contabilistas e das Secretárias, o plano de saúde tem como resultado na sua implantação, em torno de 1.100 vidas, das quais 423 são médicos veterinários. “É um excelente resultado inicial. As conquistas na área social para os nossos profissionais deverão prosseguir, sendo que atualmente estamos buscando um plano odontológico”, afirma Cezar Amin Pasqualin.

Para o acompanhamento técnico deste plano de saúde foi contratado uma consultoria independente que fará mês a mês a análise do desempenho do plano, readequando rumos e prestando informações aos associados. ●

FENAMEV realiza Assembléia Geral

Foram realizadas nos dias 17 e 18 de junho de 2009, em Belém (PA) duas Assembléias Gerais Ordinárias do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Médicos Veterinários (FENAMEV). Além dos assuntos estatutários exigidos, foram debatidos e encaminhados diferentes temas de interesse da categoria profissional, em destaque o Projeto de Lei nº 2824/2008. De autoria do deputado federal Zequinha Marinho (PMDB/PA), o projeto de lei dispõe sobre a revogação da alínea “c” do Art. 2º da Lei 5.550/1968, para vedar o exercício da profissão de zootecnista aos engenheiros agrônomos e médicos veterinários.

A proposta já foi debatida em audiência pública no dia 5 de maio, em Brasília. O CRMV-PR, a FENAMEV e o Sindivet-PR, em conjunto com as demais organizações dos profissionais, conselhos e sindicatos, estão ativamente participando e acompanhando os desdobramentos desta ação. “Destaco o pronunciamento do deputado federal Afonso Hamm (PP-RS), que é engenheiro agrônomo. Ele disse: ‘A garantia de um emprego não depende da especialização, mais sim da competência e aprofundamento, seja do veterinário, do agrônomo ou do zootecnista’”, comenta Pasqualin.

Como resultado do debate promovido pela FENAMEV, foi escrita e divulgada uma carta de repúdio ao projeto, a “Carta de Belém”. O documento está disponível no site www.sindivetpr.com.br. ●

SUINOSUL Celebra Aniversário

A SUINOSUL, entidade de suinocultores, comemorou cinco anos de sua fundação no dia 30 de julho, com a promoção de um jantar na Sociedade Duque de Caixas, em Curitiba. Com a participação de cerca de 220 pessoas, o Sindivet-PR e o CRMV-PR estiveram presentes na solenidade. Cezar Amin Pasqualin e o médico veterinário Lourival Uhlig prestaram uma homenagem aos dirigentes e associados da Suinosul pelos relevantes trabalhos prestados. ●

Consultas, atualizações e emissões de certidões online



O novo Sistema de Cadastro de Profissionais e Empresas (Siscad), desenvolvido pelo CFMV, já está funcionando plenamente com a base de dados do CRMV-PR. Com a nova ferramenta estão disponíveis os serviços de consulta pública de profissionais e empresas, atualização de dados, emissão de boletos e certidões. ●

Acesse: www.cfmv.org.br/siscad

VI Congresso Nacional da CNPL

Aconteceu em Brasília, entre os dias 4 e 6 de agosto, o VI Congresso da Confederação Nacional das Profissões Liberais. Durante o evento, que contou com a presença do presidente do Sindivet-PR Cezar Amin Pasqualin, foram abordados os seguintes temas: “Alternativas para o Sistema Único de Saúde”, “A reforma tributária e o desenvolvimento”, “Desenvolvimento Sustentável e Impacto no Meio Ambiente”, “O desenvolvimento das cidades” e “Organização Sindical”.

Segundo Pasqualin, “como resultado dos grupos de trabalho será elaborado um relatório final que servirá como diretriz para a gestão dos sindicatos, federações e confederações”. ●

Paraná deve contar com novos selos em setembro



Os primeiros selos do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi/POA) para as empresas do Paraná devem ser emitidos em setembro. A informação foi divulgada pelo secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz, durante entrevista coletiva do lançamento do Plano Agrícola e Pecuária 2009/2010.

O estado é o primeiro do País a adotar o Sisbi/POA, que autoriza a circulação dos produtos certificados em todo o território nacional. A adesão inclui os sistemas de inspeção municipal e estadual em um sistema único de sanidade animal, o Sisbi/POA. Mais de 450 indústrias que já fazem parte do Sistema Estadual do Paraná (SIP) poderão ser beneficiadas com a medida.

Para integrar o Sisbi, os estados interessados precisam seguir os métodos do Serviço de Inspeção Federal (SIF) e contar com infraestrutura adequada. "O Paraná tem um sistema de inspeção estadual muito próximo do federal. As auditorias técnicas comprovaram e permitiram a adesão do estado ao Sisbi", disse Kroetz. ●

Fonte: Mapa



CONSELHO REGIONAL DE
MEDICINA VETERINÁRIA
DO ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE CENSURA PÚBLICA

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto 64.704/1969, consoante ACÓRDÃO exarado em 16/03/2009, contido nos autos de Processo Ético-Profissional n.º 2741/2008, vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da alínea 'c' do artigo 33 da Lei 5.517/1968 ao Médico Veterinário THIAGO CÉSAR SELL - CRMV/PR n.º 7087, por infração aos Art.6º, inciso XV; Art. 13, incisos V e XXI; Art. 14, inciso I e Art. 25º, incisos I e II do Código de Ética do Médico Veterinário.

Curitiba, 27 de abril de 2009.

MASARU SUGAI
Presidente do Conselho



Rede de Defesa Animal é implantada em Curitiba

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR) e a Prefeitura de Curitiba firmaram no mês de março parceria de cooperação técnica para a formação da Rede de Defesa e Proteção Animal da Cidade de Curitiba. O documento foi assinado pelo presidente da Autarquia Pública Federal, Masaru Sugai, e pelo prefeito Beto Richa. O documento prevê a viabilização de ações conjuntas de fiscalização; promoção de cursos de capacitação para profissionais responsáveis técnicos de estabelecimentos comerciais (pet shops e casas agropecuárias que comercializam medicamentos ou animais vivos, por exemplo); e desenvolvimento de ações conjuntas de educação ambiental sobre guarda responsável.

Também foram firmadas parcerias com Universidade Federal do Paraná e com a Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais – Seção Paraná (Anclivepa-PR).

Desenvolvida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba conta com campanhas para a guarda responsável e um Sistema de Informações e Identificação Animal, com aplicação de microchips para monitoramento dos animais sob a responsabilidade de seus donos. As atividades e serviços da Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba podem ser acessados pelo site www.protecaoanimal.curitiba.pr.gov.br.

“Pelos suas peculiaridades, o projeto pode ser considerado como ímpar no País, na medida em que nos possibilitará executar ações integradas, sustentadas em três eixos principais: controle populacional, educação para a guarda responsável e identificação de animais por meio de microchips”, defende Marcos Traad, coordenador da Rede.

Anclivepa-PR

Para incentivar os proprietários a implantar microchips nos animais, a Prefeitura de Curitiba disponibilizará 22 mil unidades para serem usadas neste ano. Os microchips serão repassados à Anclivepa, que por sua vez, distribuirá os equipamentos às clínicas e hospitais veterinários.



Os estabelecimentos associados à Anclivepa receberão os chips a preço de custo e deixarão à disposição dos clientes que queiram aplicar nos animais. “Essa Rede muda os paradigmas das antigas campanhas de controle populacional de animais domésticos porque, de fato, envolve a população, cobrando de cada a responsabilidade devida em relação ao abandono dos animais”, disse o presidente da Anclivepa, Jorge Schemiko.

UFPR

No convênio assinado com a UFPR, a Prefeitura ficou responsável por equipar um ônibus da universidade, que será usado pelo curso de Medicina Veterinária para esterilizar cães e gatos. A unidade móvel também será usada em ações de educação ambiental relacionadas à guarda responsável de animais domésticos, maior objetivo da Rede.

Contratação de Profissionais

Como desdobramento da Rede, o coordenador da Rede informa ainda que

já encaminhou um ofício ao deputado estadual Reinhold Stephanes Junior sugerindo a contratação de médicos veterinários para o trabalho pericial especializado na Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA), órgão responsável pela emissão de laudos sobre condições de maus tratos. “Atualmente, a equipe da Delegacia não possui em seu quadro funcional médicos veterinários, que são os profissionais habilitados para a execução dos serviços de verificação da situação física e de saúde dos animais vitimados por irresponsabilidades praticadas pelos seres humanos. Apenas desta forma, conseguiremos avançar na caracterização dos crimes relativos aos maus tratos em animais”, ressalta Marcos Traad.

A sugestão está sendo avaliada pelo deputado. ●

Gabriela Sguarizi
jornalismo@crm-pr.org.br

Ética profissional: a sociedade agradece

Responsabilidade é um dever fundamental no exercício de qualquer profissão. No entanto, denúncias de condutas antiéticas ocorrem e seguem fazendo parte da rotina dos Conselhos Profissionais. No CRMV-PR, por exemplo, até julho de 2009 foram instaurados 32 processos contra profissionais, enquanto que em todo o ano passado foram abertos 25 novos processos. A clínica de pequenos animais está entre as áreas mais denunciadas da Medicina Veterinária.

“A sociedade está ciente de seus direitos, participando de forma mais ativa junto aos Conselhos”, frisa a psicóloga Márcia Regina Walter, presidente da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia.

Por isso quem está ingressando no mercado de trabalho e quem já está nele precisa ficar atento aos procedimentos que podem ou não serem tomados. Para abordar o assunto e esclarecer dúvidas, a professora da Universidade Estadual de Londrina, Nilva Maria Freres Mascarenhas, integrante da Comissão Estadual de Ensino de Medicina Veterinária (CEEMV) ressalta a importância da conduta ética no exercício da profissão. “Apenas a obtenção de um título de graduação, na maioria das vezes, não representa ao profissional uma real capacitação para exercer determinada função. É necessário que além do conhecimento teórico, ele também tenha adquirido habilidades práticas, ou seja, treinamento e destreza para exercê-la”, afirma.

É preciso a consciência e o entendimento de que a educação continuada pode suprir essa falta de informação, sendo oferecida pelas universidades nos cursos de pós-graduação “Lato sensu” e “Stricto sensu”.

A docente acrescenta que “por outro lado, aquele que possui apenas habilidades práticas, sem detenção e atualização do conhecimento teórico também não pode ser chamado de profissional capacitado. Nesse contexto, é importante observar que além do conhecimento teórico e habilidades práticas, o profissional deve se conduzir pelos princípios morais e éticos, com total consciência e responsabilidade no exercício diário de suas atividades. Se por ventura ele não se sentir seguro para assumir determinada função, de forma ética, deve encaminhar o paciente para um colega mais especializado”.

Ética na sociedade

“Ética como um juízo de apreciação referente à conduta humana, suscetível de qualificação do ponto de

vista do bem e do mal, do correto e do errado é um tema muito complexo. Inicialmente a criança vai sendo moldada no seio familiar e, depois vai recebendo influência de fatores externos como amigos, meios de comunicação, colegas, entre outros. Atualmente, as faculdades se esforçam para cumprir a sua ‘missão’, procurando formar os profissionais, com foco para a formação do cidadão. Nós como educadores colaboramos com uma tarefa que, a princípio, é da família. Os professores, desenvolvendo projetos de extensão comunitária, estimulam o exercício da cidadania por parte de seus estagiários, com ações extra-muros escolares”, comenta Nilva.

Assim, os futuros profissionais são orientados desde a graduação a contribuir com a melhoria da sociedade em que estão inseridos, pautando-se não somente na transmissão e aplicação do conhecimento, mas, sobretudo baseando-se nos princípios éticos. Os cursos contam também com uma disciplina específica e importante denominada Deontologia na Medicina Veterinária.

A psicóloga Márcia Walter descreve aquela que deve ser a conduta ética do profissional: “é aquele que respeita seu semelhante quando no exercício da sua profissão sem preconceito, com respeito, humildade e honestidade”, diz. O profissional deve ainda preservar o caráter sigiloso das informações que recebe e principalmente respeitar seu colega de profissão e auxiliá-lo, quando necessário.

No ambiente de trabalho, uma boa conduta ética parte do princípio de “agir de forma respeitosa com todos não importando a hierarquia”. Deve haver imparcialidade, compreensão e principalmente empatia com as dificuldades alheias. “Ser compreensivo e ter empatia não significa ser bonzinho e deixar que as pessoas o prejudiquem ou ser conivente com condutas inadequadas. É sim entender o outro e compreender seus pontos de vista”, define a psicóloga.

Atualmente o CRMV-PR não só cumpre o seu papel fiscalizador, mas por meio de suas Comissões, especialmente a CEEMV, atua como parceiro das universidades do Estado subsidiando visitas aos campi, assim como o apoio a eventos técnicos. O Seminário Estadual de Ensino, promovido pela CEEMV, com edições anuais, reúne quase sempre a totalidade dos coordenadores e diretores de escolas de Medicina Veterinária do Estado. É um importante fórum de discussão para a manutenção da qualidade do ensino da Medicina Veterinária.

Nilva ressalta, ainda, o trabalho realizado pela CEEMV tanto nas visitas aos cursos bem como nos seminários anuais de ensino, orientando os coordenadores e diretores para a importância do cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, pré-estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

Nilva, que faz parte da CEEMV-PR desde a sua instituição oficial, em 2001, pondera que o respeito e o cumprimento da Legislação e dos princípios éticos da Medicina Veterinária ainda requerem muito esclarecimento, conscientização, respeito à Legislação e aos colegas e, especial comprometimento do profissional para com a qualidade de seus serviços prestados a comunidade.

Tudo isso, em um verdadeiro exercício diário dos princípios éticos, no sentido de se buscar cada vez mais, maior valorização da profissão e, consequentemente, maior respeito e valorização dos profissionais, a exemplo do que acontece na Medicina Humana. “Contudo, acredito que estamos no caminho certo, apostando na parceria do Conselho e cursos de Medicina Veterinária do Paraná, contribuindo para a obtenção de melhores resultados num futuro próximo”, finaliza a professora. ●

Gabriela Sguarizi

Rafael Adamowski

jornalismo@crm-pr.ogr.br

Processos Éticos Profissionais			
	2007	2008	2009* (*até o mês de julho)
Denúncias Recebidas	37	28	34
Processos Instaurados	27	25	32
Processos Julgados	9	28	15
Penalidades	Censura Conf.: 5 Censura Pública: 2	Advertência Conf.: 5 Censura Conf.: 9 Censura Pública: 4	Advertência Conf.: 1 Censura Conf.: 3 Censura Pública: 1

Fonte: Relatório Denúncias e Processos Éticos/CRMV-PR

Os Riscos das Doenças Emergentes Negligenciadas

O exercício de determinadas atividades pode representar perigos, principalmente se o profissional é desatento a padrões básicos de proteção. Esse descuido coloca em risco também a saúde de médicos veterinários e zootecnistas. Alguns procedimentos simples, como equipamentos, vestes e métodos de higiene, não são utilizados em muitos casos por não se acreditar em risco de contágio ou mesmo por falta de tempo.

“O profissional chega a um momento que se acha imune”. A afirmação é do médico veterinário Lineu Roberto da Silva, sanitarista e epidemiologista do Departamento de Zoonoses da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA). Segundo ele, mesmo conscientes, os trabalhadores da área de saúde animal deixam

de adotar os métodos indicados ao longo da experiência na função, pelo fato de não haver contágio em anos de atuação. Isso faz com que procedimentos de proteção sejam abandonados.

Mas é nessa negligência que médicos veterinários e zootecnistas se tornam vulneráveis a ações de doenças como Influenza Aviária, brucelose, psitacose aviária e felina, entre outras. Lineu destaca também a importância da vacinação de profissionais que são deslocados para trabalhar em áreas de risco. Ele afirma que na SESA eles são orientados sobre os procedimentos fundamentais em regiões de existência de doenças como a febre amarela.

Para Lineu, não há como afirmar que vírus como o da Influenza A (H1N1), possam ter

surgido a partir de métodos de proteção negligenciados, mas que o exemplo reforça a necessidade da preocupação por parte dos trabalhadores da saúde animal. Ele exemplifica: “A AIDS teve origem zoonótica, por volta do século XVII. Para cada zoonose, existem diferentes mecanismos de transmissão, o que pode alterar cada método de proteção”, complementa.

Conforme a coordenadora do Setor de Imunização da SESA, Beatriz Thiel, os profissionais precisam estender a atenção para novas doenças. Atualmente a prevenção com vacinas permite a defesa contra Hepatite A, Febre Amarela, Raiva e Tétano. “Em escolas de Medicina Veterinária, precisa haver um esquema profilático”, diz Thiel. Segundo ela,

Calendário de Vacinação - Adulto e Idoso

Idade	Vacinas	Doses	Doenças Evitadas
A partir de 20 anos	dT (Dupla tipo adulto)(1)	1ª dose	Contra Difteria e Tétano
	Febre amarela (2)	dose inicial	Contra Febre Amarela
	SCR (Tríplice viral) (3)	dose única	Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola
2 meses após a 1ª dose contra Difteria e Tétano	dT (Dupla tipo adulto)	2ª dose	Contra Difteria e Tétano
4 meses após a 1ª dose contra Difteria e Tétano	dT (Dupla tipo adulto)	3ª dose	Contra Difteria e Tétano
A cada 10 anos, por toda a vida	dT (Dupla tipo adulto) (4)	reforço	Contra Difteria e Tétano
	Febre amarela	reforço	Contra Febre Amarela
60 anos ou mais	Influenza (5)	dose anual	Contra Pneumonia causada pelo pneumococo
	Pneumococo (6)	dose única	

Fonte: Ministério da Saúde

(1) A partir dos 20 anos, gestante, não gestante, homens e idosos que não tiverem comprovação de vacinação anterior; seguir o esquema acima. Apresentando documentação com esquema incompleto, completar o esquema já iniciado. O intervalo mínimo entre as doses é de 30 dias.

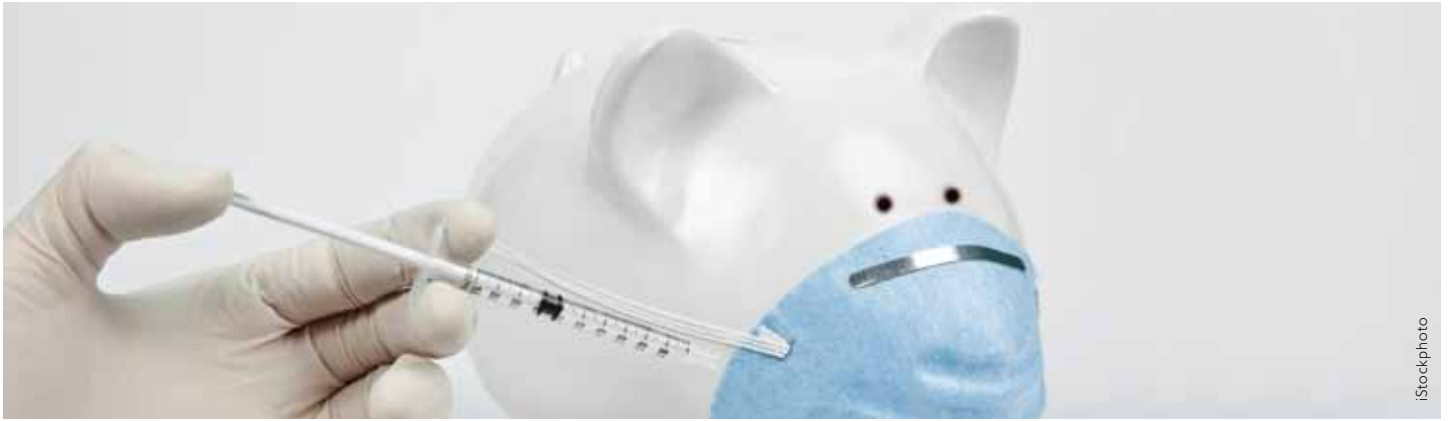
(2) Adulto/idoso que resida ou que for viajar para área endêmica (estados: AP, TO, MA, MT, MS, RO, AC, RR, AM, PA, GO e DF), área de transição (alguns municípios dos estados: PI, BA, MG, SP, PR, SC e RS) e área de risco potencial (alguns municípios dos estados BA, ES e MG). Em viagem para essas áreas, vacinar dez dias antes da viagem.

(3) A vacina tríplice viral - SCR (Sarampo, Caxumba e Rubéola) deve ser administrada em mulheres de 12 a 49 anos que não tiverem comprovação de vacinação anterior e em homens até 39 anos.

(4) Mulher grávida que esteja com a vacina em dia, mas recebeu sua última dose há mais de cinco anos, precisa receber uma dose de reforço. A dose deve ser aplicada no mínimo 20 dias antes da data provável do parto. Em caso de ferimentos graves, a dose de reforço deverá ser antecipada para cinco anos após a última dose.

(5) A vacina contra Influenza é oferecida anualmente durante a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso.

(6) A vacina contra pneumococo é aplicada durante a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso nos indivíduos que convivem em instituições fechadas, tais como casas geriátricas, hospitais, asilos e casas de repouso, com apenas um reforço cinco anos após a dose inicial.



iStockphoto

O ideal é que cada profissional busque manter-se informado sobre as regiões que atua, os registros de doenças e como proteger-se do risco de contágios ●

os profissionais não se previnem e precisam se medicar. “É preciso ficar alerta para novas doenças”, argumenta a coordenadora.

“É preciso ter um raciocínio epidemiológico”, diz Thiel, “em relação às doenças que não têm vacinas, mas podem ser contraídas”. Na região sul, casos como os de Febre Maculosa, por exemplo, são mais comuns do que se pode imaginar. As medidas preventivas, mesmo que exijam destinação de parte do tempo do profissional, geralmente são eficientes e evitam o reaparecimento de focos de doenças controladas.

O Ministério da Saúde publicou em 2006 a Portaria nº 5, que inclui doenças na relação nacional de notificação compulsória e define doenças de notificação imediata. A portaria também apresenta a relação dos resultados laboratoriais que devem ser notificados pelos Laboratórios de Referência Nacional ou Regional e normas para notificação de casos.

O ideal é que cada profissional busque manter-se informado sobre as regiões que atua, os registros de doenças e como proteger-se do risco de contágios. Sabe-se que o desempenho das atividades pode exigir o deslocamento para novas áreas de atuação, e a despreocupação com métodos de prevenção pode trazer consequências para o profissional. ●

HINI: Recomendação OIE (13/07/2009)

O vírus pandêmico HINI continua propagando-se entre os humanos em todo o mundo, entretanto não há provas até este momento de que os animais desempenhem papel algum na epidemiologia e na propagação do vírus.

Estudiosos de todo o mundo em saúde pública e sanidade animal seguem unindo esforços na investigação e compreensão do vírus para controlar e prevenir a doença. A OIE está ampliando as competências de sua atual rede de laboratórios de referência para a influenza aviária a fim de incluir a pesquisa em todos os vírus da gripe animal e impulsionar a investigação do comportamento deste vírus, que mantém contato com homem-animal. A rede global OIE/FAO OFFLU já ampliou suas atividades para incluir o diagnóstico e investigação do vírus da influenza em suínos.

Tendo em conta todas as informações científicas disponíveis, a OIE considera que as recomendações formuladas permanecem válidas. Elas são enfatizadas abaixo:

- Os Serviços Veterinários Oficiais devem orientar médicos veterinários e produtores a manter um monitoramento constante das populações animais para sinais clínicos de doenças respiratórias, bem como sobre uso de métodos apropriados para diagnósticos e notificar rapidamente a OIE das primeiras ocorrências de enfermidades nos animais, usando a denominação de “Doença Emergente” (“*Emerging Disease*”);
- Caso se detecte a presença do vírus pandêmico HINI 2009 em uma fazenda, será aplicado no local um plano de vigilância com medidas de restrição de movimentos; a transferência de animais clinicamente sadios para um matadouro poderá ser realizada, desde que aplicadas medidas básicas de biossegurança;
- A eliminação de porcos não auxiliará a proteger contra os riscos apresentados pelo vírus para a saúde pública e sanidade animal. Igualmente a qualquer outra doença, sacrifício de animais doentes para o consumo da carne não é recomendado;
- A imposição de medidas de proibição à importação de suínos e produtos derivados oriundos de países com casos humanos ou animais são inúteis e não cumprem com as normas internacionais publicadas pela OIE e todas as outras normas de organismos internacionais competentes para a saúde animal e segurança dos alimentos;
- No caso de países decidirem pela eliminação de suínos como principal medida de precaução, a eliminação dos animais sempre deverá obedecer às normas internacionais da OIE sobre bem-estar animal e métodos profiláticos para controle da doença;
- Suínos e produtos derivados, manipulados conforme as recomendações de práticas de higiene previstas pela OMS, FAO e pela Comissão do *Codex Alimentarius*, não são fontes de contaminação do vírus.

Área Livre SEM Vacinação

Mudanças na estratégia de vacinação visam alteração no status sanitário do PR •

O calendário nacional de vacinação contra a Febre Aftosa foi alterado neste ano em vários estados brasileiros com o objetivo de manter a erradicação da doença e, por consequência, mudar o status sanitário das unidades federativas para área livre sem vacinação. Junto com o Paraná, participam do processo os estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dos quais os dois últimos ainda realizam vacinações diferenciadas nas regiões pantaneiras e de fronteira internacional. Atualmente, no Brasil apenas Santa Catarina possui o status sanitário de área livre sem vacinação.

Para regulamentar a nova estratégia de profilaxia da Febre Aftosa no Paraná, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento publicou no mês de março a Resolução 38/2009. A normativa estabelece que serão vacinados uma vez ao ano bovinos e bubalinos acima de 25 meses, em novembro. Os animais com até 24 meses continuam sendo vacinados duas vezes: em maio e novembro.

“O pleito de alteração da estratégia de vacinação pela SEAB foi aceito pelo Ministério da Agricultura, já que o Paraná atende aos requisitos da Instrução Normativa nº44, que aprova

as diretrizes para a erradicação e prevenção da Febre Aftosa. Essa nova estratégia de vacinação foi adotada nas unidades federativas que possuem cadastro consolidados de propriedades rurais e com a realização de vacinação semestral por pelo menos dois anos consecutivos, observando-se índices globais de vacinação superiores a 95% de animais vacinados”, conta o médico veterinário Silmar Burer, diretor do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (DEFIS), da SEAB.

A iniciativa também é aplaudida pela Federação da Agricultura do Paraná (FAEP), que “apoia e confia na responsabilidade do produtor”, frisa Antonio Leonel Poloni, consultor da FAEP e presença constante nas reuniões OIE. Segundo Poloni, que já foi secretário da Agricultura, “com as mudanças a responsabilidade do produtor aumenta, por isso estamos desenvolvendo um trabalho efetivo de orientação através dos Conselhos de Sanidade Animal para os produtores”. De acordo com estimativas da Federação, até 2008 eram investidos todo ano cerca de R\$ 30 milhões na vacinação da Aftosa.

O diretor do Defis fala também sobre importância da emissão da Guia de Trânsito Animal via internet para o controle da sanidade dos animais

paranaenses. “Possuímos no Paraná um Sistema de Defesa Sanitária Animal com o cadastro informatizado das explorações pecuárias, o que nos permite o registro de vacinações e o controle da movimentação de animais”, ressalta Burer. O sistema de emissão do GTA online gera um registro automático da entrada e saída de animais nas propriedades envolvidas.

Outra forma de atualização cadastral é o comprovante de vacinação, “pois todos os proprietários de bovinos e bubalinos são obrigados a informar a relação de animais na propriedade, mesmo que, na etapa de maio, não possua animais até 24 meses”. A não vacinação ou não comprovação implica em multa de R\$ 87,27 por cabeça não vacinada, além de não ser permitido o transporte destes animais por qualquer finalidade.

O sistema sanitário, expõe Antonio Leonel Poloni, precisa se manter forte, ágil, profissional e transparente. “É muito importante que os países que possuem acordos comerciais com o Brasil acreditem e confiem na sanidade de nossos animais. Doenças sempre existirão, mas é necessário agir de forma rápida, séria e transparente para que o acordo sanitário entre os países seja cumprido”.

Vacinação 2009

A campanha de vacinação contra Febre Aftosa realizada no mês de maio atingiu a cobertura de 96,59% do rebanho de bovinos e bubalinos do Paraná. Da população existente de 4,4 milhões de cabeças na faixa etária de até 24 meses, foram vacinadas 4,25 milhões de cabeças. O índice ficou um pouco abaixo do resultado alcançado na última campanha de vacinação, que foi 98,23% em novembro do ano passado. Ainda assim, foi considerado um bom índice de cobertura.

Essa queda não surpreendeu a equipe técnica da SEAB porque foi a primeira vez que se alterou a estratégia, com a adoção de uma campanha

parcial. A campanha também enfrentou dificuldades como a falta de vacinas em alguns municípios no final da campanha, o que obrigou a prorrogação em algumas localidades do Estado.

A partir de agora e principalmente na próxima etapa da campanha de vacinação contra Febre Aftosa em novembro de 2009, a SEAB irá reforçar as orientações aos produtores para que se habituem a fazer o cadastro, mesmo não possuindo animais a serem vacinados.

O cadastro de propriedades e de seus animais é de extrema importância para a sanidade animal

porque permite a localização e dimensão do rebanho, sendo fundamental para o controle do trânsito de animais e para a vigilância sanitária animal.

Em 11 regionais da SEAB no Interior, foram obtidos índices acima de 97%. Regiões que se destacam na criação de bovinos como Umuarama e Paranaíba atingiram índices de cobertura de vacinação superiores a 99%. Os índices inferiores foram registrados nas regiões central e sul do Estado.

Conforme o cadastro, são 189.971 propriedades existentes com bovinos de zero a 24 meses e 178.358 propriedades com registro de vacinação.

Conselhos de Sanidade Agropecuária

Uma das formas encontrada para fortalecer o sistema sanitário paranaense foi através de uma parceria público-privada, a conhecida PPP, na qual SEAB, Emater, FAEP/Senar e Fundeprec-PR selaram um acordo. "O poder público ficou responsável por prover toda estrutura física, humana e logística e a iniciativa privada encarregada por engajar os produtores, profissionais e técnicos, através dos Conselhos de Sanidade Agropecuária", informa Poloni.

A materialização desta união é o Projeto de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs), o qual prevê a realização de dois encontros em cada um dos municípios do Estado. O primeiro encontro é o Seminário de Sensibilização, mobilizado pelos técnicos da Emater e SEAB, buscando a participação de todas as lideranças do agronegócio local. Estas reuniões são conduzidas pelos consultores do Senar e tem por objetivo principal a constituição do Conselho de Sanidade Agropecuária Local.

No segundo encontro – Seminário de Planejamento Sanitário – realizado com o CSA já constituído, objetiva-se a elaboração do Plano de Ação em Sanidade Agropecuária. "Este plano norteará as ações do CSA nos próximos dois anos", frisa Poloni. Ao término deste último encontro, os integrantes do Conselho têm a diretoria empossada e um Plano de Ação em mãos, com prioridades e estratégias.

No primeiro semestre de 2009, o projeto já foi implantado nas regionais de Pato Branco, Francisco Beltrão, Umuarama, Paranaíba,

Maringá, Cascavel e Toledo. Nos próximos meses será estendido às outras regiões.

"Como resultado preliminar nesta primeira etapa de implantação do projeto temos observado uma grande participação dos produtores e técnicos oficiais e privados, que buscam juntos, as melhores soluções para os problemas sanitários do município", enfatiza Celso Fernando Dias Doliveira, médico veterinário do Departamento Técnico-Econômico da FAEP. Ele diz que "os principais problemas levantados nas reuniões, são aqueles relacionados ao controle da brucelose e tuberculose, qualidade do leite, uso inadequado de agrotóxicos, abate clandestino e comércio de produtos de origem animal sem inspeção".

Na opinião dele, o maior ganho é o da participação da comunidade que junta busca informações, discute e decide sobre as medidas para melhorar a condição sanitária da agropecuária em seu município. "Esta consciência que o projeto visa promover, mais do que aprimorar em quantidade e qualidade o Sistema de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná, está formando uma cultura sanitária que é, sem dúvida, o maior patrimônio que o segmento agropecuário pode produzir para a sociedade. Neste cenário, o médico veterinário tem uma contribuição fundamental no processo de formação e de animação do CSA, em função da natureza de sua formação".

Para participar do CSA na sua cidade, informe-se no Sindicato Rural, Emater ou SEAB. ●

Gabriela Sguarizi
jornalismo@crm-v-pr.org.br

Conselhos de Sanidade Agropecuária

- Busca a melhoria contínua da condição sanitária agropecuária do município em parceria com os serviços oficiais, atendendo a legislação vigente;
- É liderado e motivado por produtores e/ou por outros segmentos ligados ao agronegócio local, tais como: cooperativas, agroindústrias, casas agropecuárias etc;
- Atuam como diretores técnicos de pecuária e agricultura os técnicos da SEAB (Defis) e da Emater. É deles o papel de orientação para que o CSA mantenha suas ações baseadas em princípios normativos;
- Deve integrar a diretoria e ter uma atuação ativa no CSA a Secretaria Municipal de Agricultura, pois é a estrutura da Prefeitura que melhor conhece a comunidade;
- Devem ser priorizadas ações educativas em sanidade agropecuária, ou seja, aquelas que levem informações e promovam a mudança dos comportamentos inadequados de todos os agentes que atuam nas principais cadeias produtivas do município;
- Deve-se levar em consideração não apenas a sanidade animal, mas também a sanidade vegetal.
- Os Conselhos devem ser municipais para que se promova o maior envolvimento possível da comunidade nos problemas sanitários de seu município.

Melhoramento Genético de Peixes no Brasil: A experiência com a Tilápia GIFT em Maringá



Arquivo CRMV-PR

Pouco esforço tem sido feito para o melhoramento genético de peixes de espécies tropicais. Faltam pesquisas para conferir se os ganhos genéticos obtidos em outras espécies de animais possam ser também obtidos em peixes tropicais, os quais contribuem com 90% da produção aquícola global (Gupta & Acosta, 2004).

Reconhecendo esses problemas, o 'WorldFish Center' iniciou um projeto para o desenvolvimento de métodos de melhoramento genético de peixes tropicais, utilizando a Tilápia-do-Nilo (WorldFish Center, 2004). Este projeto foi denominado 'Genetic Improvement of Farmed Tilapias (GIFT)' e tem cumprido um importante papel na história do melhoramento de peixes tropicais, contribuindo para a publicação de vários artigos (Bentsen et al., 1998; Gall & Bakar, 2002; Ponzoni et al., 2005) e com a difusão de linhas melhoradas aos produtores.

Para que se proceda a seleção, os animais precisam ser avaliados quanto aos seus valores genéticos. Um bom conhecimento dos parâmetros genéticos torna possível uma estimativa precisa do valor genético dos candidatos à seleção na população, assim como a predição da potencial resposta de seleção.

A partir da importação, em março de 2005, de 30 famílias da linhagem GIFT de Tilápia-do-Nilo, da Malásia, na Universidade Estadual

de Maringá deu-se início ao desenvolvimento de uma variedade melhorada adaptada às condições brasileiras de cultivo.

As herdabilidades para peso corporal e mortalidade na espécie de Tilápia-do-Nilo podem ser consideradas de baixa a moderada (Lopes-Fanjul & Toro, 1990; Ponzoni et al., 2005). Quando os dados são medidos nos candidatos a seleção e os animais são identificados individualmente é possível proceder-se a seleção combinando essas informações. Segundo Gall & Bakar (2002), os custos adicionais de obtenção de informações de pedigree completo devem ser mais que compensados pelo ganho em seleção.

Entretanto, os parâmetros genéticos encontrados são aplicáveis apenas na população e no ambiente onde eles foram obtidos. Além disso, os parâmetros podem mudar todo o tempo, particularmente em populações relativamente pequenas sob seleção. Assim, torna-se imprescindível para o estabelecimento de um programa de seleção um delineamento experimental para o estudo prévio das características em questão, mesmo que sejam características já estudadas em outro momento, sob outras condições.

Métodos Utilizados

O critério de seleção tem características estreitamente relacionadas, mas não necessariamente idênticas, às características do objetivo

do cruzamento. O objetivo do cruzamento significa "aonde vamos" com o programa de melhoramento genético, enquanto o critério de seleção significa "como atingiremos isso". O critério de seleção representa as características que se usam na estimativa dos valores de cruzamento e o mérito genético geral dos animais.

O sistema de avaliação genética pode variar de algo muito simples, envolvendo seleção massal, até algo muito mais complexo, envolvendo a adaptação de um modelo animal para os dados. Como os peixes são identificados individualmente ("tagged"), é possível manter as informações dos "pedigrees" e a utilização do procedimento BLUP (*Best Linear Unbiased Prediction*), estimando os valores de cruzamento (EBVs) e combinando a informação disponível.

O procedimento BLUP é uma alternativa melhor do que a seleção massal ou a seleção clássica entre e dentro das famílias. Na estimativa dos valores de cruzamento pelo BLUP, é utilizada a informação tanto de cada indivíduo como daqueles relacionados na população.

O ideal seria somente reproduzir os "melhores" indivíduos. Na prática precisa-se assumir um compromisso entre a intensidade de seleção e o tamanho efetivo da população para manejar o risco da consanguinidade. O aumento da consanguinidade é proporcional a $\frac{1}{2} Ne$, onde Ne é o tamanho efetivo da população. É necessário um Ne relativamente grande para:

- 1 Manter a variação genética na população em longo prazo;
- 2 Manejar a consanguinidade;
- 3 Aumentar o limite de seleção;

Ter respostas previsíveis para a seleção.

Com a informação do “pedigree” completo, a consanguinidade poderá ser manejada de forma mais efetiva, evitando-se o cruzamento de indivíduos estreitamente relacionados. O “software” permite a seleção para altos EBVs e ao mesmo tempo restringe a taxa de consanguinidade em um valor pré-determinado (Meuwissen, 2002). Depois do acasalamento inicial para estabelecer a população base, são utilizados 60 machos e 120 fêmeas de cada geração. Uma vez que um grande número desses acasalamentos tenha sucesso, isto permite um satisfatório tamanho efetivo da população, o qual integrado com medidas para evitar a consanguinidade, tem produzido um ganho genético sustentado durante várias gerações.

Sistema de disseminação do estoque melhorado

O melhoramento genético tipicamente ocorre numa pequena parte da população.

O melhoramento obtido na “elite” dos animais superiores no Centro de Melhoramento Genético da UEM é multiplicado e disseminado ao sistema de produção.

A implementação do programa em um número relativamente pequeno de animais pode ser suficiente para servir uma grande população envolvida na produção. O tamanho relativo do setor da população envolvido na seleção, multiplicação e produção, é examinado para permitir uma transferência efetiva do ganho genético ao setor produtivo.

Para maximizar os benefícios do programa de cruzamento, o melhoramento genético chega ao setor produtivo sem demora. Com este objetivo, somente deve ser usado o estoque melhorado. A disseminação da população melhorada está baseada na multiplicação do estoque melhorado em cada geração. Depois que a produção das famílias de meio-irmãos do cruzamento da população for realizada, os parentes selecionados vão ser utilizados para a produção massal de alevinos.

A progênie dos parentes selecionados, quando atingem a maturidade sexual, torna-se o “TOP” da qualidade genética do estoque cruzado, seguido da progênie dos cruzamentos obtidos do melhor 1/3 da população.

Valores médios obtidos para Peso Final (PF), Ganho em peso (GP) e Peso de Filé (PFI) das três linhagens de tilápia *O. niloticus*, submetidas a dois níveis de Proteína Bruta (PB), 25 e 30%, aos 204 dias em tanques escavados e sem renovação de água, no ano de 2007.

Linhagem	PB %	PF (g)	GP (g)	PFI (g)
Bouaké	25	400,68	360,90	126,82
Chitralada%		406,43	368,28	122,62
GIFT		485,95	437,52	149,89
Bouaké	30	273,62	239,02	84,12
Chitralada		294,83	249,34	88,64
GIFT		320,74	277,15	93,82
CV (%)		17,43	19,22	18,02

Dados do autor.

Valores médios obtidos para Ganho em peso (GP), Ganho em Peso Diário (GPD), Conversão Alimentar Aparente (CAA), Sobrevivência (em %) e Rendimento de Filé das três linhagens de tilápia *O. niloticus*, submetidas a cultivo em tanques-rede no Rio do Corvo – Paraná, por 151 dias de cultivo, no ano de 2008.

Tanque	Linhagem	GP	GPD (g)	CAA	Sobrevivência	Rendimento de filé
1	Tailandesa	492,5	2,77	1,75	96,68	
4	Tailandesa	483,4	2,78	1,81	94,26	
7	Tailandesa	470,9	2,64	1,82	88,73	
11	Tailandesa	475,8	2,69	1,78	89,30	
Médias	Tailandesa	480,65	2,72	1,79	92,24	36,76
2	GIFT	480,4	3,03	1,75	90,34	
5	GIFT	498	3,01	1,76	94,55	
9	GIFT	515	2,98	1,70	92,38	
12	GIFT	508,9	3,05	1,70	92,30	
Médias	GIFT	500,58	3,02	1,73	92,39	36,80
3	Bouaké	450,6	2,85	1,89	93,55	
6	Bouaké	454,45	2,74	1,88	93,60	
8	Bouaké	460	2,71	1,84	94,05	
10	Bouaké	465,05	2,62	1,84	96,30	
Médias	Bouaké	457,53	2,73	1,86	94,38	36,65

Dados do autor.

Controle para estimar o ganho genético (monitoramento)

Estabelecer um procedimento de controle do ganho genético em um programa de melhoramento não é um requerimento obrigatório para se obter resposta à seleção. Incluir uma rotina para o controle do ganho genético pode, todavia, tornar possível a checagem para se avaliar que o que foi feito foi válido ou não, ou se o programa precisa de ajustes por outras razões.

Nas avaliações a campo, os resultados têm superado as expectativas dos coordenadores do Programa. Tanto em tanques escavados quanto em tanques-rede. A tilápia GIFT tem demonstrado ganhos superiores às demais linhagens testadas. Alguns dados são demonstrados abaixo.

O Programa de Melhoramento da tilápia GIFT apresentado nesta matéria tem caráter público e todos têm acesso aos reprodutores melhorados. A estrutura de trabalho é pequena, portanto não é possível a produção em massa de alevinos revertidos, sendo assim a Coordenação do Projeto orienta os interessados a adquirem reprodutores da linhagem diretamente em Maringá, entrando em contato e programando a retirada destes animais a um custo baixo e, de acordo com a disponibilidade, cabendo então aos produtores alevinos que participarem do Programa a comercialização de alevinos revertidos. Não queremos e não podemos competir com a iniciativa privada. ●

Ricardo Pereira Ribeiro e Lauro Vargas,
Docentes da UEM e Coordenadores
do Programa Peixegen
ricardo.peixegen@gmail.com

Ilegalidade das multas aplicadas pelo CRQ em laticínios

O artigo 1º da Lei Federal 6.839/1980, ao dispor sobre o registro das empresas nas entidades de fiscalização profissional, estabelece que “o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros”.

A complexidade da cadeia produtiva de determinada empresa para a obtenção do produto final, não basta para que a pessoa jurídica seja inscrita em todos os conselhos de fiscalização profissional relacionados a uma determinada atividade desempenhada para obtenção do produto final (exemplo: reações químicas desenvolvidas de forma secundária na obtenção de produtos da área de laticínios).

O critério definidor deste vínculo deve estar relacionado à atividade principal exercida, não sendo essencial a observância da natureza das ações que lhe sejam adjacentes. O artigo 5º da Lei Federal 5.517/1968, ao dispor sobre a competência privativa do Médico Veterinário e dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, determina que compete privativamente ao médico veterinário “a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais e, sempre que possível, dos comerciais ou de finalidades recreativas, desportivas ou de proteção onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim animais ou produtos de sua origem”, bem como “a inspeção e a fiscalização sob o ponto de vista sanitário, higiênico e tecnológico dos matadouros, frigoríficos, fábricas de conservas de carne e de pescado, fábricas de banha e gorduras em que se empregam produtos de origem animal, usinas e fábricas de laticínios, entrepostos de carne, leite peixe, ovos, mel, cera e demais derivados da indústria pecuária e, de um modo geral, quando possível, de todos os produtos de origem animal nos locais de produção, manipulação, armazenagem e comercialização”.

Conclui-se, por conseguinte, que os laticínios devem submeter-se exclusivamente à fiscalização do Conselho Regional de Medicina Veterinária (possuir registro no CRMV-PR, bem como profissional Médico Veterinário como responsável técnico da EMPRESA), o que

configura a manifesta ilegalidade da fiscalização do Conselho Regional de Química.

O artigo 334 do Decreto-Lei 5.452/1943 reza de forma expressa que “o exercício da profissão de químico compreende: a) a fabricação de produtos e subprodutos químicos em seus diversos graus de pureza; b) a análise química, a elaboração de pareceres, atestados e projetos da especialidade e sua execução, perícia civil ou judiciária sobre essa matéria, a direção e a responsabilidade dos laboratórios ou departamentos químicos, de indústria e empresas comerciais”.

Já o artigo 335 do Decreto-Lei 5.452/1943, por sua vez, determina como “obrigatória à admissão de químicos nos seguintes tipos de indústria: a) de fabricação de produtos químicos; b) que mantenham laboratório de controle químico; c) de fabricação de produtos industriais que são obtidos por meio de reações químicas dirigidas, tais como: cimento, açúcar, álcool, vidro, curtume, massas plásticas artificiais, explosivos, derivados de carvão ou de petróleo, refinação de óleos vegetais ou minerais, sabão, celulose e derivados”.

E o artigo 2º do Decreto Federal 85.877/1981, ao regulamentar a atividade dos Químicos e dos Conselhos Regionais de Química, dispõe que são privativas do químico as atividades de “análises químicas ou físico-químicas, quando referentes a Indústrias Químicas”, e de “produção, fabricação e comercialização, sob controle e responsabilidade, de produtos químicos, produtos industriais obtidos por meio de reações químicas controladas ou de operações unitárias, produtos obtidos através de agentes físico-químicos ou biológicos, produtos industriais derivados de matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral, e tratamento de resíduos resultantes da utilização destas matérias-primas sempre que vinculadas à Indústria Química”.

Como se pode perceber, a legislação de regência da atividade do profissional de química, e – conseqüentemente – dos Conselhos Regionais de Química, não contempla a exigência de registro ou contratação de responsável técnico das pessoas jurídicas que atuam na área de laticínios. Deste modo, as pessoas jurídicas que tenham como atividade básica a fabricação e a comercialização de produtos de origem animal não têm o dever legal de registrarem-se no

Conselho Regional de Química, de contratarem um químico como responsável técnico e, obviamente, de pagarem anuidade ao Conselho Regional de Química.

Decorrente disto é ilegal qualquer fiscalização ou multa aplicada pelo Conselho de Química nestes estabelecimentos.

O Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região já consolidaram o entendimento pacífico de que as empresas de laticínios devem estar inscritas somente junto ao Conselho de Medicina Veterinária, observe:

Administrativo . Conselho Profissional . Laticínios . Registro

1. A jurisprudência desta Corte estabeleceu-se no sentido de que as empresas de laticínios devem estar inscritas junto ao Conselho de Medicina Veterinária (art. 5º, letra “f”, da Lei 5.517/1968). 2. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, provido (STJ, Resp 622.323/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, Julgado em 11/04/2006, DJ 22.05.2006).

Isso revela que os laticínios devem submeter-se exclusivamente à fiscalização do Conselho Regional de Medicina Veterinária: o que configura a ilegalidade das exigências do Conselho Regional de Química. De igual modo, ainda que a empresa utilize produtos químicos, identificada a atividade preponderante da indústria de laticínios, não se pode exigir um segundo registro, sobretudo porque se soluciona a superposição de atividades em matéria de fiscalização pela preponderância.

Assim, deve ter em mente um postulado basilar do Estado Democrático de Direito: a inafastabilidade da jurisdição.

O que isso significa isto? Significa que o Poder Judiciário, após ser provocado mediante ação judicial, obrigará o Conselho Regional de Química a abster-se de lesar o direito da pessoa jurídica que atua na área de laticínios. ●

Carlos Douglas Reinhardt Jr.

Procurador do CRMV-PR
advogados@crmvp-pr.org.br

Regulamentação Estabelecimentos Avícolas

Além de fiscalizar o exercício profissional, o Conselho Federal assim como os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária servem como órgãos de consulta dos governos da União, dos Estados e dos Municípios, em todos os assuntos relativos à profissão de Médico Veterinário ou ligados, direta ou indiretamente, à produção ou à indústria animal, conforme expressamente previsto no art. 9º da Lei 5.517/1968. Deste modo, com o intuito

de regulamentar a exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica do controle higiênico-sanitário em estabelecimentos avícolas, prevista na Instrução Normativa Nº 56/2007, do MAPA, foram realizadas diversas reuniões técnicas em Santa Catarina com a presença da iniciativa privada, dos CRMVs do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e dos Serviços Estadual e Federal de Defesa Sanitária Animal.

Após ampla e democrática discussão, com a participação de especialistas dos diversos setores, o Paraná publicou, no Diário Oficial da União, a Resolução CRMV-PR Nº 03/2009, em 24/07/2009. ●

Ricardo Franco Simon

Assessor técnico
asstec@crm-v-pr.org.br

Resolução CRMV-PR Nº 03, de 20 de Julho de 2009

Dispõe sobre procedimentos para registro e Anotação de Responsabilidade Técnica de estabelecimentos avícolas no âmbito da Instrução Normativa nº 56, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O CRMV-PR - no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 e 18 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e pelos artigos 12 e 17 do Decreto nº 64.704/1969 que regulamenta a referida Lei e; Considerando a sua função de fiscalizar o exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia, bem como supervisionar e disciplinar as atividades relativas ao propósito de resguardar e defender os direitos e interesses da sociedade; Considerando a necessidade de se regulamentar a homologação de Anotações de Responsabilidade Técnica dos estabelecimentos que exercem atividades de granjas avícolas no Paraná, no âmbito da Instrução Normativa nº 56/2007, do MAPA.

Art. 1º Os estabelecimentos avícolas, compreendidos entre os de reprodução e comerciais terão a Responsabilidade Técnica instituída conforme disposição desta Resolução.

TÍTULO I : Dos Estabelecimentos Avícolas de Reprodução

Art. 2º São considerados, para efeitos desta Resolução, estabelecimentos avícolas de reprodução, os estabelecimentos: de linha pura, bisavoseiros, avoseiros, matrizeiros, recria de postura comercial, incubatórios, produtores de aves e ovos livres de patógenos – SPF, produtores de ovos controlados para produção de vacinas inativadas e outros definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 3º Os estabelecimentos avícolas, quando constituídos na forma de pessoa jurídica, mesmo integrados à empresa avícola, deverão ter registro no CRMV-PR, na forma da Lei Federal nº 5.517/68 e correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º Os estabelecimentos avícolas de reprodução, quando constituídos na forma de pessoa física, serão cadastrados no CRMV-PR através do CPF do produtor, sendo atribuído a ele um número de registro de

Produtor Rural (PR).

§ 1º - O Produtor Rural será isento de Taxa de Registro e Anuidade.

§ 2º - Os estabelecimentos avícolas de reprodução, quando integradas a empresas avícolas, terão seu registro independente e, para efeito de homologação, a Anotação de Responsabilidade Técnica no CRMV-PR poderá ser vinculada à empresa integradora, através de seus contratos de parceria.

Art. 5º O Médico Veterinário Responsável Técnico poderá atender até 20 (vinte) propriedades, quando estabelecidas na forma de pessoa física, de granjas matrizeiras e de recria de postura comercial, não excedendo um total de 24 (vinte e quatro) núcleos, respeitada a hierarquia de idade das aves alojadas nos mesmos.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de reprodução, mesmo quando integrados a empresas avícolas, terão seu cadastro e homologação de Anotação de Responsabilidade Técnica realizados de forma individualizada, nos termos das Resoluções nº 582/1991 e 683/2001, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Resolução CRMV-PR nº 001/2005 ou normativas que venham a substituí-las.

Art. 6º Os estabelecimentos mencionados no art. 2º, quando constituídos sob a forma de pessoa jurídica, deverão manter, em tempo integral, no mínimo 1 (um) Médico Veterinário como Responsável Técnico, nos termos da Resolução CRMV-PR nº 001/2005 ou normativa que venha a substituí-la.

Parágrafo único. Para fins de homologação da Anotação de Responsabilidade Técnica, os estabelecimentos deverão obedecer ao disposto no caput deste artigo.

TÍTULO II: Dos Estabelecimentos Avícolas de Produção Comercial

Art. 7º São considerados estabelecimentos avícolas de produção comercial para fins desta Resolução, as granjas de aves comerciais de corte, as granjas de exploração de aves comerciais para produção de ovos e outros definidos pelo MAPA.

Art. 8º A granja de produção comercial, quando constituída na forma de pessoa jurídica, mesmo

integrada à empresa avícola, deverá ter registro no CRMV-PR, na forma da Lei nº 5.517/68 e correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica.

Art. 9º A granja de produção comercial, quando constituída na forma de pessoa física, será cadastrada no CRMV-PR através do CPF do produtor, sendo atribuído a ele um número de registro de Produtor Rural.

§ 1º - O Produtor Rural será isento de Taxa de Registro e Anuidade.

§ 2º - As granjas de produção comercial, mesmo quando integradas a empresas avícolas, terão seu cadastro e homologação de Anotação de Responsabilidade Técnica realizados de forma individualizada, nos termos das Resoluções nº 582/1991 e 683/2001, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Resolução CRMV-PR nº 001/2005 ou normativas que venham a substituí-las.

Art. 10 O Médico Veterinário da empresa integradora que atender estabelecimentos de produção comercial poderá ser Responsável Técnico de até 120 (cento e vinte) granjas, desde que não ultrapasse um raio de 60 km de distância da residência do profissional, e que a capacidade máxima de aves alojadas não exceda o número de 4.000.000 (quatro milhões) de aves.

Art. 11 A Responsabilidade Técnica a que se refere esta Resolução está limitada à realização do controle higiênico-sanitário do estabelecimento avícola conforme artigo 9º do Anexo I da Instrução Normativa Nº 56, de 04 de dezembro de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 12 A concessão da Anotação de Responsabilidade Técnica de estabelecimentos avícolas pertencentes a integradoras, associações, cooperativas ou similares fica condicionada à comprovação da capacidade de pleno atendimento aos estabelecimentos.

Art. 13 Os casos não previstos nesta resolução serão objeto de deliberação do Plenário do CRMV-PR.

Art. 14 Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Méd. Vet. Masaru Sugai

Presidente / CRMV-PR nº 1797

Méd. Vet. Célia Mayumi Kiriyu Trentini

Secretária geral / CRMV-PR nº 2019

A casa de Louis Pasteur (1822-1895)

De volta para o passado: uma visão de futuro!



Acervo Casa Louis Pasteur / Abisal

Ao visitar Paris no verão de julho de 2008, não poderia deixar de conhecer o famoso Instituto Pasteur de Paris, situado no calmo e belo bairro de Montparnasse, à Rua Dr. Roux, 28. Inaugurado em 14 de novembro de 1888, por iniciativa de Louis Pasteur e das múltiplas doações governamentais vindas de todas as partes do mundo como aquelas do Império do Brasil, autorizadas por Dom Pedro II. Graças ao sucesso alcançado com os tratamentos obtidos com a vacina antirrábica, única alternativa viável para esta doença letal, o Instituto Pasteur de Paris tornou-se em pouco tempo o maior centro mundial de pesquisa nas áreas de Medicina Preventiva Humana e Veterinária.

Prédio austero de dois andares, cujas janelas do segundo andar afloram do próprio telhado, conserva ainda intacta a imponência do passado. Seu estilo é aquele vigente em toda Paris do Século XVII, com telhados cinzentos que sobressaem bucólicas chaminés nos fazendo lembrar dos rigorosos invernos parisienses. Sua arquitetura se harmoniza perfeitamente com a da cidade. A beleza se caracteriza pela riqueza de verdes plátanos que dão ao visitante, a impressão de estar passeando em um imenso jardim exuberante em árvores, flores e folhas de um verde claro brilhante só visto em Paris. Logo na entrada, fomos recepcionados por uma funcionária do Instituto, que nos conduziu ao mundo de Louis Pasteur: seu laboratório de experimentos microbiológicos e seu lar!

Os livros de microbiologia nos falam da grande atuação profissional de Pasteur, exercida no interior de diversas regiões da França numa seqüência de experimentos que parecem ter vindo com o objetivo de torná-lo o porta-voz do mundo microbiológico. Para todos os problemas, Pasteur encontrava uma solução. Primeiramente, com a doença do bicho da seda denominada

de pebrina na província de Alais. Na seqüência em Lille, resolveu os problemas que tornavam o vinho azedo sugerindo o processo de aquecimento como forma de descontaminação. Anos depois realiza o famoso experimento na Fazenda Pully-le-Fort, cujos resultados obtidos com a vacinação contra o Antrax, livraram os criadores de ovinos dos famosos "campos malditos".

Considerava-se um homem do campo e escolheu Arbois, como sua cidade preferida para descanso com a família, onde passava as férias entre os vales verdejantes das montanhas do Jura. Entende-se então, o porquê de Pasteur vivenciar todos os problemas que surgiam naquelas regiões. Nos arredores desta cidade, situada quase na divisa com a Suíça, vislumbram-se grandes trigais dourados nas planícies, vinhedos e parreirais, os quais se projetam pelas encostas montanhosas, pomares com amoreiras para produção da fina seda francesa, bem como a presença constante de cabras e carneiros. Pasteur era o homem certo, no momento certo e no local certo.

Aos oito anos de idade, gritos de dor vindos de uma ferraria da cidade lhe chamaram a atenção. Eram de pessoas mordidas por cães raivosos que se submetiam ao tratamento de cauterização das lesões expostas com ferro em brasa. Seria este um primeiro aviso de sua grande missão que estaria por vir?

Mas foi em Paris, com as pesquisas com a vacina antirrábica, que ele se tornou célebre no mundo inteiro. Imagina-se quão difícil foi para Pasteur, acostumado a ver em seu microscópio agentes bacterianos, ter que admitir que o agente causador da Raiva no cérebro de animais infectados não se mostrava visível! Logo para Pasteur que advogava a quatro ventos que as doenças infecciosas dos animais nada mais eram do que "epidemias de

fermentação". Onde estaria o agente causador da fermentação rábica? Um ser invisível? No entanto, Pasteur ao instituir a famosa "prova biológica" sabia por intuição que o agente infeccioso estava ali presente.

Este cruel enigma que atormentava Pasteur por centenas de dias e noites, revelaria na verdade o nascimento de um segmento novo da microbiologia: a virologia. Com grande inspiração dedara ao mundo da ciência numa magnífica visão de futuro: "Estou tentado a acreditar que um micróbio de infinita pequenez, sem forma bacilar ou de coco é o causador da raiva". Mais uma vez Pasteur estava certo. O agente causador da Raiva, só poderia ser visto e mensurado quase um século depois com a utilização da microscopia eletrônica, quando Dr. Atanasiu em 1963, revelou tratar-se de uma partícula nanométrica invisível ao microscópio ótico comum.

Contando com o apoio do grande médico e microbiologista Dr. Emily Roux, Pasteur pode trabalhar com vacinações em humanos tomando-se rapidamente conhecido, admirado e um dos 40 membros da Academia Francesa de Ciência.

A maior surpresa foi descobrir que Louis Pasteur morava no próprio Instituto Pasteur, tal o prestígio por ele alcançado. Se dividirmos o prédio central do Instituto em quatro partes, um quarto do mesmo corresponderia à casa do grande cientista sendo os três quartos restantes destinados à área de pesquisa e experimentos microbiológicos. Em seu laboratório de microbiologia encontramos tudo como ele deixou. Seus armários envidraçados de cor verde claro e em suas prateleiras internas, os frascos com os famosos cristais que o notabilizaram em experimentos com cristalografia, descobertas até hoje aceitas pela ciência moderna como verdadeiras.

Em outra sala contígua a esta, ficava seu laboratório de experimentos microbiológicos e seus instrumentos de trabalho: o famoso forno de Pasteur por ele inventado (não havia autoclave na época); os tubos de ensaio contendo culturas de esporos de *Bacillus anthracis* que dizimava os rebanhos franceses; e os frascos de vidro com colo em pescoço de cisne usados para provar as contaminações vindas do ar. Podemos ver também as famosas “pipetas de Pasteur”, com as quais, com segurança, aspirava a saliva de cães raivosos.

Como Louis Pasteur, com tão poucos recursos técnicos disponíveis, contribuiu tanto para a humanidade? Ao deixar o seu laboratório para traz senti-me um humilde admirador e discípulo, ainda mais admirador do que antes.

Dirigimo-nos então à moradia de Pasteur, acompanhados pela guia nos lembrando sempre da proibição de tirar fotos. Um saguão separa a grande porta de sua residência no primeiro andar do instituto de microbiologia, que fica no lado oposto. Deparei-me, então, com o inesperado. O inusitado! Viveria naqueles 30 minutos futuros de visita a mais emocionante experiência profissional de minha vida. A grande chave usada para abrir a porta, ainda é a mesma que sempre guardou seu lar.

Um ar de mistério e suspense tomou conta de mim quando a antiga porta ranguu ao abrir. O cenário exalava Pasteur. Era como se ele estivesse ali. Tive a impressão de estar contracenando em um surrealista filme no estilo “De volta para o futuro”. A partir do hall de entrada de sua casa, a emoção de estar ali é a sensação mais forte e esta vai tomando conta de sua mente, minuto a minuto por todo o tempo da visita.

No longo corredor de entrada que conduz às outras salas da casa, nota-se nas paredes, a presença de pequenos quadros pintados a óleo, pelo próprio Louis Pasteur. Pintura era seu hobby preferido nas horas vagas em suas férias em Arbois. Todas as salas da casa apresentam tapetes grossos e coloridos que tomam silenciosos os passos dados pelos visitantes. A mobília de fino gosto pertence ao elegante estilo da “Belle Époque”, típico do final daquele século.

A sala de refeições, a maior entre todos os cômodos da casa, chama a atenção pelas dimensões e tem ao centro uma mesa de madeira escura para abrigar, no mínimo, vinte pessoas.

Nas paredes desta sala podemos ver dois grandes quadros pintados a óleo: um deles seu auto-retrato e outro de seu grande inspirador, que como ele, acreditava na existência de um mundo microbiológico invisível. Ao lado de um dos quadros destaca-se uma grande lareira indispensável para os dias de inverno. Pasteur nos momentos de lazer notabilizava-se por ser um bom gourmet e um magnífico anfitrião. Gostava de receber

seus amigos para saborear um bom vinho tinto francês. Percebe-se em todas as salas da casa de Pasteur as grandes janelas que dão a todos os ambientes internos uma claridade invejável.

Por uns poucos segundos, através das vidraças das janelas de sua casa olhei para a Paris de hoje. Moderna, atual, com seus carros coloridos, transeuntes descontraídos vivendo o momento atual. Tive a forte sensação de que o tempo dentro daquela casa parou para ver o mundo passar. Seu quarto de dormir, suas muitas medalhas ganhas em reconhecimento pelos brilhantes feitos. Sua beca negra e seu famoso quepe para o uso em cerimônias oficiais.

Os quadros a óleo de sua esposa Marie, de suas filhas Jeanne, Camile e Cecile, falecidas ainda bem jovens e de Marie Louise a única sobrevivente que lhe deu netos e que trazem ao visitante a impressão de como foi dura a sua vida. São faces de rostos queridos por Pasteur que ajudam a formar o ambiente daquela casa histórica. A escada de madeira que o levava ao segundo andar, com degraus rebaixados devido aos seus problemas de hemiplegia, igualmente rangem ao peso dos passos dados e inevitavelmente nos fazem lembrar dele.

Segundo contam, a sala de estar neste segundo andar no final do longo corredor era a sua preferida. É também sem dúvida a mais exótica de todas. Ali, após as refeições, Louis Pasteur descansava nas cadeiras preguiçosas, lendo as notícias dos jornais parisienses *Le Figaro* e *Le Monde* para, na sequência, tirar uma ligeira sesta, antes das atividades da tarde. Nas paredes desta sala, iluminada pelos altos janelões, estão os *souvenirs* recebidos de seus amigos. Presentes vindos do mundo inteiro! Destaca-se entre todos a presença de um enorme dente de elefante presenteado por Alexander Yersin, seu discípulo, amigo e colega de trabalho. Yersin lembrou-se do grande mestre quando estava na Indochina trabalhando com pesquisas sobre a etiologia da Peste Bubônica, a serviço do Instituto Pasteur. Há também um quadro, seu último autorretrato pintado um pouco antes de seu falecimento.

Tive a impressão que Pasteur exprime em seu rosto e em seu olhar a imensa amargura de ter perdido suas filhas, de saber que estava no fim da vida e que pouco poderia ainda contribuir para a ciência. Pareceu-me que Louis Pasteur gostaria de viver mais 100 anos tal sua fascinação pelas novas descobertas, pelos mistérios que o circundavam e que tiravam dele horas e horas de sono. Os desafios diários só o impulsionavam ainda mais pelas novas descobertas e esta era a sua principal característica, só vista e sentida pelos verdadeiros cientistas. Nunca desistir! Jamais esmorecer!

Por fim, fomos levados a “Chapelle Funéraire” onde repousa seu corpo e o de sua esposa Marie Laurent no

porão do prédio. Pasteur faleceu na Villeneuve-L'Étang em Saint-Claude, no dia 28 de setembro de 1895. No dia de seu enterro, com honras de Estado, Paris parou para vê-lo passar num ataúde puxado por quatro cavalos negros como forma de expressar o profundo luto de toda nação francesa.

A capela foi erguida em sua homenagem por iniciativa de seu filho Jean Baptiste. O ambiente do seu interior a meia luz, traz ao visitante um aspecto solene e triste. Fomos tomados por um sentimento de profundo respeito. Nas paredes revestidas em mosaico ladrilhado em tom amarelo claro, estão desenhados seus feitos em ordem cronológica que preenchem todos os anos de sua vida científica. No teto, estão escritos os paradigmas de Pasteur: esperança, fé, caridade e... ciência.

Pasteur era espiritualista e acreditava na vida após a morte. Mais ao fundo da capela está o túmulo de sua fiel companheira de tantas emoções e sofrimentos. Marie Laurent faleceu cinco anos após Louis Pasteur e em sua lápide consta a seguinte inscrição: “Aqui jaz Marie, esposa de Pasteur, companheira da vida terrena e espiritual”.

O último discurso de Pasteur foi proferido por seu filho na Universidade de Sorbonne, pois já se encontrava sem condições físicas para tanto. Parecia antever o futuro de paz que viria com a criação do Tratado da União Européia em 1992, quase 100 anos após sua morte. Neste discurso vale lembrar este pequeno trecho: “Senhores.... vós me proporcionais a maior felicidade que possa ser experimentada por um homem cuja fé inabalável acredita que a ciência e a paz, hão de triunfar sobre a ignorância e a guerra... Nunca vos deixeis desacorçoar pela tristeza de certas horas que passam pelas nações e pelos corações do homem.... Tende fé que as nações hão de aprender a unir-se, não para a destruição, mas para a cooperação. O futuro pertencerá, não aos conquistadores, mas aos salvadores da humanidade...”

Ao deixar para traz o mundo de Louis Pasteur, estancado no tempo, minha esposa, minha filha e eu, estávamos profundamente sensibilizados, com olhos vermelhos de tanta emoção. ●

Referências

The Natural History of Rabies. George M. Baer. IIª Edição, CRC Press, Boston, 1991.

Living Biographies of Great Scientists. Henry Thomas e Dana Lee Thomas. Vida de Grandes Cientistas. Editora Globo, Porto Alegre.

José Francisco Warth

Professor de Doenças Infecciosas da UFPR
labmicro@ufpr.br

O Médico Veterinário e o Zootecnista frente aos Novos Desafios Ambientais



Hoje é indiscutível a importância de construirmos uma sociedade que se preocupe com o meio ambiente e que garanta, a longo prazo, a manutenção dos seus Bens Ambientais Naturais.

Bens Ambientais como o ar; a água; o solo; inúmeros princípios ativos para nossa farmacopeia; nossos alimentos; a estabilidade climática; os recursos vegetais e animais; a biodiversidade do planeta; a proteção contra os elementos climáticos; e até mesmo a beleza estética de uma paisagem, podem ser representados economicamente, resultando em cifras estimadas em muitos bilhões de reais. Porém esses bens ambientais e a produção primária econômica

só existem e continuarão existindo, se forem respeitados os limites dos processos ecológicos que geram e sustentam os sistemas produtivos naturais ou artificiais.

Socialmente, os problemas decorrentes do uso indiscriminado dos recursos naturais serão sentidos por todos. Esta realidade coloca os profissionais Médicos Veterinários e Zootecnistas, em uma encruzilhada. Em grande parte, dependemos de uma base de recursos naturais para nossa atividade profissional, porém, constantemente nos deparamos com “obstáculos ambientais”, dados pela própria natureza ou por questões burocráticas. Aprender a lidar com estes obstáculos de forma ética

e ambientalmente correta deve fazer parte da nossa formação e atuação.

O Brasil viveu um “boom” de criação de leis ambientais desde a promulgação da Constituição em 1988, que pela primeira vez na história do país, afirma que “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. A partir de então, viu-se a promulgação de importantes instrumentos legais que não só normatizaram as ações ambientais, mas criaram novos instrumentos políticos e instâncias públicas para a sua implementação, evidenciando a preocupação e a maior atuação do governo e da sociedade em geral, frente às questões socioeconômicas e ambientais do país, inclusive com uma crescente participação do setor empresarial.

Não obstante a esses avanços, o país encontra-se, ainda, distante de resolver os seus problemas ambientais ou equilibrar suas necessidades econômicas e de desenvolvimento com a necessidade de manter uma base sustentável de recursos naturais. Nos últimos anos, também se observou um acentuado ritmo de devastação e contaminação ambiental no Brasil. As medidas para combater essas agressões e proteger o meio ambiente seguem sendo insuficientes face às forças do desenvolvimento ambientalmente degradante, em grande parte, estimuladas pela forte demanda por produtos da cadeia primária para os mercados nacional e internacional.

Diante deste quadro, verifica-se que são poucos os recursos financeiros e pessoais destinados a criar estratégias de desenvolvimento mais adequadas à manutenção dos bens naturais, quando comparados aos recursos imediatos disponíveis para atividades que convertem os bens naturais em econômicos de forma insustentável, gerando uma degradação ambiental perigosa ao futuro destas mesmas atividades econômicas.

A universidade tem um papel fundamental em todo este processo de mudança social

e sua sintonia com temas associados ao meio ambiente e à qualidade de vida das futuras gerações tem crescido nas últimas décadas. Entretanto, a relação do meio acadêmico institucionalizado com esse tipo de tema é muito difícil. A organização departamentalizada valoriza as especialidades e é avessa a visões interdisciplinares, fundamentais para solução de questões ambientais. Há que se romper com preconceitos de cunho especialista: a visão generalista e integradora não é uma qualidade menor; é um atributo necessário ao enfrentamento de problemas complexos. Neste sentido, a formação profissional do Médico Veterinário e do Zootecnista peca em não se aprofundar na discussão de temas ambientais contemporâneos, relevantes à nossa profissão, formando profissionais alienados dos atuais desafios ambientais da sociedade moderna. Desafios com os quais nos deparamos na vida profissional e muitas vezes não temos o conhecimento necessário para sequer orientar corretamente nossas ações.

Várias situações colocam os profissionais Médicos Veterinários e Zootecnistas frente a desafios ambientais relevantes, que requerem mudanças de conduta e de práticas profissionais como:

- 1 A gestão dos Resíduos Sólidos gerados por nossas atividades profissionais e por empreendimentos em que somos RTs. Como as atividades de industrialização e distribuição de alimentos de origem animal; o serviço da prática médica, cirúrgica e laboratorial; a produção animal de forma intensiva e extensiva.
- 2 A questão dos Resíduos Químicos que derivam do uso de princípios ativos que são liberados no ambiente, muitos destes hoje classificados como "perturbadores endócrinos", capazes de alterar ciclos e padrões metabólicos, prejudicando a capacidade dos organismos animais de resistir ao estresse ambiental ou reduzindo sua capacidade reprodutiva. Substâncias de uso comuns na rotina do profissional médico veterinário e zootecnista como hormônios, anti-helmínticos, antiinflamatórios não esteróides, antibióticos, e outros, além de seus derivados ambientais, que podem

ter efeitos cumulativos e inesperados quando disponíveis no ambiente.

- 3 A questão da Qualidade da Água e da Gestão dos Usos Múltiplos da Água em decorrência de atividades de produção animal, como a pecuária e a aquicultura.
- 4 A questão da Expansão da Pecuária e a supressão vegetal que ela demanda; os impactos dessa atividade sobre os recursos hídricos, o clima local e global; o papel dessa atividade na emissão de gases de efeito estufa e o impacto direto e indireto sobre a diversidade de espécies animais e vegetais.
- 5 A necessidade de mudanças nos padrões de Manejo Sanitário e Medicina Preventiva frente à perda de Biodiversidade e às Mudanças Climáticas, as quais ocasionam mudanças em ciclos epidemiológicos de zoonoses e doenças de interesse econômico para produção animal. Bem como o impacto dessas mudanças sobre ciclos naturais de doenças em populações de espécies silvestres, muitas delas chaves ao equilíbrio ecológico dos ambientes naturais.
- 6 A necessidade de cumprir os requisitos e exigências para o Licenciamento Ambiental. Demandas que o profissional de hoje deve entender não como uma dificuldade imposta, mas sim como um instrumento importante de conservação ambiental e preservação da própria atividade econômica.
- 7 A Introdução de Espécies Exóticas Invasoras, que é prática comum na produção animal e na comercialização de animais de estimação, mas que hoje constitui a segunda maior causa de extinção de biodiversidade em todo o planeta.

Frente à amplitude das relações ecológicas, sociais e econômicas que resultam em "questões ambientais", a dificuldade atual dos profissionais Zootecnistas e Médicos Veterinários talvez esteja justamente em definir, frente à disponibilidade de conhecimentos ao nosso alcance e às demandas econômicas e ecológicas, onde a sua atuação contribui ou prejudica a manutenção dos Bens Ambientais Naturais. O bom uso desses recursos naturais faz, obrigatoriamente, parte de

Uma sociedade que entenda que a legislação ambiental deve ser vista não como um obstáculo, mas sim como uma garantia de continuidade dos sistemas socioambientais que geram e movimentam a economia. ●

uma nova sociedade, onde teremos um papel reconhecido como profissionais fundamentais na geração de meios de produção de baixo impacto... ou seremos lembrados como carrascos, caso não sejamos capazes de vislumbrar os efeitos das estratégias que usamos hoje, frente a esses "obstáculos ambientais".

Diante de todos estes desafios, nos damos conta de que ainda temos um longo caminho a percorrer na busca por uma sociedade ambientalmente sustentável, que assimile a necessidade da existência de uma legislação que proteja efetivamente os bens naturais que pertencem a todos. Uma sociedade que entenda que a legislação ambiental deve ser vista não como um obstáculo, mas sim como uma garantia de continuidade dos sistemas socioambientais que geram e movimentam a economia. A visão econômica imediatista, descomprometida com as necessidades de qualidade do meio onde vivemos, gerou os problemas ambientais atuais como as mudanças climáticas, conflitos por recursos naturais, perda de biodiversidade, doenças emergentes, ampliou a desigualdade e conduziu a conflitos sociais, realidades que se apresentam hoje como principais obstáculos ao bem estar geral e econômico da nossa sociedade globalizada. ●

Autores

Comissão de Meio Ambiente do CRMV-PR

Carlos Eduardo Belz

Paulo Rogério Mangini

Luiz Danilo Muehlmann

Lucyenne Giselle Popp Brasil Queiroz

Angelo Garbossa Neto

Cynthia Hauer de Mello Leitão

Verônica Vianna

Eric Koblitz

Acapameve celebra 10 anos de fundação



O aniversário de 10 anos da Academia Paranaense de Medicina Veterinária (Acapameve) foi celebrado na noite de 16 de junho, em Curitiba, com a realização de uma sessão solene no prédio do Setor de Ciências Agrárias, da UFPR. Abrilhantada por inúmeras autoridades, a solenidade foi marcada pela memória da história e homenagens aos acadêmicos já falecidos. “A Acapameve é uma guardiã da história da Medicina Veterinária paranaense e brasileira”, discursou Paulo Alfredo Miranda, atual presidente da entidade, ressaltando a contribuição e a atuação profissional dos acadêmicos que integram a Academia. O vice-governador e médico veterinário Orlando Pessuti também esteve presente na sessão. “Desejo que a Acapameve se torne ainda mais forte e representativa”.

A acadêmica titular fundadora Clotilde de Lourdes Branco Germiniani ressaltou o nascimento da Acapameve. “Em 15 de dezembro de 1997, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná aprovou a fundação da Academia Paranaense



Durante a solenidade, a Acapameve prestou homenagem aos acadêmicos fundadores já falecidos Roberto Nogueira da Gama e Braz de Freitas Fernandes. As viúvas Pierina Nogueira da Gama e Leoni Fernandes receberam os diplomas de Honra ao Mérito. ●

de Medicina Veterinária, a nossa Acapameve. Logo se estabeleceu um grupo de trabalho – formado pelos colegas Roberto Nogueira da Gama, Braz de Freitas Fernandes e por mim – para juntos fazermos toda preparação necessária para dar embasamento à nova entidade. No dia 26 de abril de 1999, foi realizada no Teatro da Reitoria da UFPR a solenidade de instalação da Academia.” A idéia paranaense em fundar uma Academia de Medicina Veterinária foi pioneira. Logo após, esta iniciativa também foi difundida para os estados do Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, entre outros.

“Cultuar o passado para avançar no futuro”, disse o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR), Masaru Sugai, também membro honorário da entidade. Sugai citou sua origem nipônica, a qual “valoriza e respeita muito a memória”. Para ele, “a Academia Paranaense de Medicina Veterinária é a entidade mais importante da classe, pois reúne os profissionais mais respeitados e experientes da profissão. Espero que ela se mantenha viva e ativa!”.

O vice-reitor da UFPR, Rogério Mulinari, que também prestigiou a cerimônia, afirmou estar muito feliz em receber mais uma vez a Academia. “A Universidade Federal do Paraná foi o berço da Acapameve desde sua fundação, no Teatro da Reitoria. Acreditamos que este momento se perpetuará na memória”, ressaltou. “Acredito que nós não ficaremos velhos como máquinas ou antigos como os livros, mas experientes na formação de cidadãos, pois todos os senhores acadêmicos são professores, mesmo que não tenham seguido carreira na docência”, frisou Mulinari.

Durante a solenidade, a Acapameve prestou homenagem aos acadêmicos fundadores já falecidos Roberto Nogueira da Gama e Braz de Freitas

Fernandes. As viúvas Pierina Nogueira da Gama e Leoni Fernandes receberam os diplomas de Honra ao Mérito.

A Acapameve tem por objetivo cultivar o estudo da Deontologia, contribuir para o progresso da ciência, cooperar em soluções para os problemas ligados à profissão e estimular o estudo científico da Medicina Veterinária.

Autoridades

Também prestigiaram a sessão solene de 10 anos da Acapameve: Augusto Langeloh, presidente da Academia Rio-Grandense de Medicina Veterinária; Hélio Germiniani, da Academia Paranaense de Medicina; Itamara Farias, da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária; Amadeu Bona Filho, diretor do Setor de Ciências Agrárias da UFPR; Keidi Bim, médico veterinário; Marlene Almeida, professora de Cirurgia Pediátrica da UFPR; Antonio Waldir Cunha da Silva, coordenador do curso de Medicina Veterinária da UFPR; Cláudia Turra Pimpão, coordenadora do curso de Medicina Veterinária da PUCPR; Demétrio Reva, vice-presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do PR; entre outros. ●

Nova diretoria

Tomou posse no dia 1º de abril, a nova diretoria, conselho fiscal da Acapameve. A Gestão 2009/2011 é composta por:

Diretoria

Presidente: Paulo Alfredo Miranda
Vice-Presidente: Zalmir Silvino Cubas
1º Secretário: Jomar da Cruz Vieira de Souza
2º Secretário: Silmar Pires Burer
Tesoureiro: Natal Jataí de Camargo
Diretora Científica: Clotilde de Lourdes Branco Germiniani
Diretor de Patrimônio: Aurelino Menarim Junior

Conselho Fiscal

Pedro Ribas Werner
Fridolim Schlögel
João Maria Ferraz Diniz

Suplentes Conselho Fiscal

Ítalo Minardi
Homero Rogério Arruda Vieira
Luimar Carlos Kavinski

Novos inscritos

01045-ZP - THIAGO MOCELIN RAMOS CESAR	08723-VP - RAFAEL FELTRIM STEL	08791-VP - PAMELLA ZIARESCKI MOREIRA	08884-VP - FABRICIO H. GODOI JASINSKI
01046-ZP - DOUGLAS SAMPAIO HENRIQUE	08724-VP - CAMILA BARALDI GONÇALVES	08792-VP - FERNANDA C. DA COSTA MENDES	08885-VP - FABRICIO SANTOS ALMENARA
01047-ZP - RAFAEL SILVA DE SOUSA	08725-VP - LEILA ALVES DE OLIVEIRA	08793-VP - IZABELA MARIANA BIBLIO	08886-VP - FAGNER PAULA SOUZA
01048-ZP - ANDRE MORAIS MOURA	08726-VP - RAFAEL GAZZI BARROS	08794-VP - SELENE CIRIO LEITE	08887-VP - FELIPE SLOMP
01049-ZP - RITA DE CASSIA TRZASKOS	08727-VP - ROGER A. MISSORELLI PEREZ UNGARO	08795-VP - PEDRO CÉSAR MARTINI BUENO	08888-VP - GISLAINE C. FERREIRA DA SILVA
01050-VP - JOÃO P. ORSI MACHADO DE SOUZA	08728-VP - KARINE REITER	08796-VP - DIEGO L UNELLI	08889-VP - IVETE BRAUN
01051-ZP - FERNANDO GUTIERREZ	08729-VP - THAIS PITELLI ZAMARIAN	08797-VP - MARCELA BUDANT FRANCO	08890-VP - LARISSA SAYURY FILISBINO
01053-ZP - FLAVIA CRISTINA SEQUINEL	08730-VP - DANIELE SIMÕES DA SILVA	08808-VP - JENIFFER K. PARANHOS BERSOT	08891-VP - LIAMARA AIRES WOLLINGER
01054-ZP - VANELIZE DO AMARAL	08731-VP - EVANDRO ARHANITSCH	08813-VP - JONAS JEAN ZARTH	08892-VP - LUIZ FERNANDO BUENO GOMES
01055-ZP - MICHAEL WARKENTIN	08732-VP - SHEILA CORNELIUS	08814-VP - ANTONIO H. CEREDA DA SILVA	08893-VP - PAULA FORTES MARCOMINI
01056-ZP - JEROEN DE BEST	08733-VP - AMANDA SUPERTI SANDRI	08815-VP - RAFAEL MESSIAS LUIZ	08894-VP - PRISCILA LUISA MOTTA
01057-ZP - IGOR LUCKE	08734-VP - PANDYA P. DOERNER DOS SANTOS	08816-VP - ALEXANDRE EMMEL GARCIA	08895-VP - RODRIGO A. MACHADO DE OLIVEIRA
01058-ZP - AMANDA PANICHI	08735-VP - DANIELA CASSIA BELE	08818-VP - MARIO HENRIQUE CORREA	08896-VP - THIAGO PRADO BARDY
01059-ZP - LUIZ GUILHERME PIRIH LACERDA	08736-VP - TATIANE IVONETE GAYARDO	08826-VP - GUSTAVO CARNEIRO LAGOS	08897-VP - TIAGO SALOMÃO MOURA
01060-ZP - ELAINE C. DE OLIVEIRA SANS	08737-VP - MAYCON ERVINO SIVERES	08827-VP - EDILSO PEREIRA DO VALE	08898-VP - VICTOR HUGO ARAUJO CADAMURO
01061-ZP - JULIEN FIALHO TAILLEFER	08738-VP - CLEBER JUNIOR SCHERER	08828-VP - GABRIELA K. LHAMAS FERREIRA	08899-VP - VIVIANE GONÇALVES CREPALDI
01062-ZP - TATIANA REITER	08740-VP - FRANCIELE FAVARIN DE OLIVEIRA	08829-VP - JACKSON PAULO PACHULSKI	08904-VP - PAULO A. CARVALHO DE ASSIS
01063-ZP - AUGUSTO ALFREDE MEIERJURGEN	08741-VP - TAISSA TOZZO	08830-VP - JULIANA KOROBINSKI	08905-VP - RAQUEL PATRO
01064-ZP - EDERSON CICHOSKI	08742-VP - VALDECIR LUIZ MAUERWERK	08831-VP - ANA PAULA SATO	08906-VP - HANDESON VASSOLER PARRA
01065-ZP - ELUIZA CRISTINA CORDEIRO	08743-VP - ELIANE MARIA ENGELSING	08832-VP - JOSE FRANCISCO BONINI SESTARI	08907-VP - ANA C. CAMARGO DE OLIVEIRA AUST
01066-ZP - LEO LEON RODRIGO ARAUJO LOPES	08744-VP - MAURO FERNANDES JUNIOR	08833-VP - AMANDA RESENDE DUARTE	08908-VP - ANA LUIZA VECCHI
05537-VP - ROSANA ZANATTA	08745-VP - HÍTALO AKILAN KAMITANI ALVES	08834-VP - VINICIUS DZIUBATE DE ANDRADE	08909-VP - ANDERSON MACHADO DACOREGIO
07563-VP - KARYNA IZABEL MALUF HARTMANN	08746-VP - LAIS OLIVA BILETSKI	08835-VP - DAVID FILINTO DA SILVA	08910-VP - ANDRE MIKHAIL DE MORAES GARIBA
08668-VP - AGUINALDO YOSHIO NAKAMURA	08747-VP - ELIANE HITOMI HONMA	08836-VP - DIOGO ALEXSANDRO FELIPSEN	08911-VP - ANDREIA D. F. FERRAZ D. M. VIRMOND
08669-VP - EDUARDO FONSECA BUENO	08748-VP - HUDSON FELIPE PORTO DE ABREU	08837-VP - TATIANA CHARELLO	08912-VP - ANGELA PATRICIA TUCHOLSKI
08672-VP - DOMITILA DE MELLO MOREIRA	08749-VP - SILAS FERNANDES ETO	08838-VP - GUSTAVO CHUEIRE CALDAS	08913-VP - BRUNA DE SÁ LEMOS
08673-VP - THAÍS ÂNGELA TURRA	08750-VP - GIOVANA FANCHIN ZANETTI	08839-VP - CARLA KRUGER	08914-VP - BRUNO CESAR ANTUNES
08674-VP - DIONIR MIGUEL MORO BARBOSA	08751-VP - STEVAN RIBAS EFFGEN	08840-VP - MARCOS JOSE CARNEIRO	08915-VP - CARLOS ALEXANDRE CAMPOS
08675-VP - TACIANA A. M. DE CARVALHO E SILVA	08752-VP - FABIANA PESSUTO ZANONI	08841-VP - BRUNA ALVES PEREIRA	08916-VP - CRISTOFER RIEGLER THIESSEN
08676-VP - CAROLINE SALMON FREHSE	08753-VP - MANOEL PADILHA MARCHESOTTI	08842-VP - MARIANA ROGENSKI FERREIRA	08917-VP - EDUARDO BANNACH
08677-VP - CAROLINE P. DE MORAES DA SILVA	08754-VP - FABIANO GODOI	08843-VP - CLARISSA SOARES ABICHT	08918-VP - FERNANDA GRAZIELA MARCINIUK
08678-VP - RENATA R. MACHADO GUIMARAES	08755-VP - MARCELO MUNARETTO	08844-VP - STEFANO G. MIGLIORANZA	08919-VP - GABRIELA THOME SANCHES
08679-VP - VIVECCA MARQUES VIEIRA PASSOS	08756-VP - LUDMYLLA L. VALLE DOS ANJOS	08845-VP - CAROLINA LOMBARDI BARIVIERA	08920-VP - GISELLE WANSOUWICZ
08680-VP - ANNA JULIA SCHIMUNDA GOULART	08757-VP - BRUNO MARCONDES CAMARGO	08846-VP - EMANUELLA APARECIDA PIEROZAN	08921-VP - GRAZIELA ZOCULOTTO
08681-VP - LIGIA MORAES BARIZON DE SOUZA	08758-VP - GUILHERME MYLLA DE CARLI	08847-VP - PAULA FERNANDA MASSARETTO	08922-VP - HANNA SAKAMOTO FREITAS
08682-VP - ANDRÉA CAMARGO DA SILVA	08759-VP - LARISSA MARCONDES CAMARGO	08848-VP - RAFAEL PALLONE FAVORITO	08923-VP - JONATHAS F. TAQUES LEAL DA CRUZ
08683-VP - CLÁUDIA REGINA DEMETERKO	08760-VP - CASSIELI THOMAZ	08849-VP - RENATA TISSI SEZERBAN	08924-VP - JULIANA IWANKIW DA VEIGA
08684-VP - MARIANA CAMPOS FONTALVO	08761-VP - EDSON H. DE MELLO CUNHA	08850-VP - LEONARDO OLIVEIRA LITER	08925-VP - LEANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA
08685-VP - PAMELA MARINA PELLIZZARI	08762-VP - JULIANA VILLAÇA MARTINS SOUTO	08851-VP - BLAINER RAGGIOTTO FILHO	08926-VP - MARCOS ADRIANO PARENTE SANTINI
08686-VP - MARILIS BECKERT FEIJO SANTOS	08763-VP - CLARICIANA LEITE DA LUZ	08852-VP - SIMONE CRISTINA FERNANDES	08927-VP - MARCOS P. D. FERRIANI BRANCO
08687-VP - LAURA FROZZA	08764-VP - FLAVIO LUIZ DE OLIVEIRA	08853-VP - MARCIO DE LIMA WULFF	08928-VP - MARLON IBRAHIM MARQUES
08690-VP - FERNANDO STAUDE KLOSTER	08765-VP - CHRISTOPH ZEHR	08854-VP - JOÃO GUILHERME VIVAN CREMASCO	08929-VP - MIEKO ARANTES INAHARA
08694-VP - FERNANDA SCHOMA DE OLIVEIRA	08766-VP - AMANDA ARANEGA DE MACEDO	08855-VP - CAROLINA TURRA AGOTTANI	08930-VP - POLYANNA HYCZY KAMINSKI
08695-VP - LEONARDO PASSOS BESAGIO	08767-VP - ALZIRA CRISTINA BERTELLI	08856-VP - JOÃO PAULO GARCIA	08931-VP - RHEA S. CASSULI LIMA DOS SANTOS
08696-VP - THIAGO HENRIQUE GARANHANI	08768-VP - BRUNA RAFAELA DALLABONA	08857-VP - JORGE A. DO AMARAL WERLICH	08932-VP - RODOLFO WIELEWSKI
08697-VP - MÁRCIO DALMINA	08769-VP - RENAN DE C. FERRAZ FUJIRINI	08858-VP - FREDERICO JOSE RETZLAFF	08933-VP - ROMAN PAIVA
08698-VP - ANDRESSA BORTOLON RAMIRES	08770-VP - RENATA CRISTINA DO ROCIO VIDAL	08859-VP - PRISCILA SPARAGNA MARQUES	
08699-VP - JACSON WILLIAN BORSTMANN	08771-VP - SILVIA LUISA DE RIVERA	08860-VP - CARMEN REJANE KRAMPE	
08700-VP - THIAGO FRANCISCO DA COSTA	08772-VP - ANDERSON RICARDO SZLANDA	08861-VP - MAURILIO AUGUSTO COLOMERA	
08701-VP - HERALDO ROMERO GIL CORDÃO	08773-VP - SUELLEN LOVATO RIBEIRO	08862-VP - ROSE MARY ISHIDA	
08702-VP - GUSTAVO M. GOMES DOS SANTOS	08774-VP - ANA LUCIA DONI MULLER	08863-VP - SHEILA BENATO BERGONSE	
08703-VP - BRUNO SANCHES	08775-VP - CELIS ANDRESSA GASPARETTO	08864-VP - GUILHERME A. MATTAR MATISKEI	
08704-VP - DANILO MAGRINELLI MARQUES	08776-VP - MARA VICELLE RUVIARO CHRIST	08865-VP - YEDA TEIXEIRA	
08705-VP - FERNANDO VASCONCELLOS GALVE	08777-VP - ANNA IZABELITA PEREIRA	08866-VP - CASSIA REGINA DE PAIVA CARVALHO	
08706-VP - JOÃO PAULO FONTINI DE SOUZA	08778-VP - ANA CLARA DE LIMA FIORI	08867-VP - WANDERLEIA DE FATIMA TREVISAN	
08707-VP - GISELLE LOPES DE MORAES	08779-VP - MONYQUE KAIS ARAUJO	08874-VP - AMABILE CRISTINA TRENTO	
08708-VP - PAULO GUILHERME PAULIN NARDI	08782-VP - DANIELE AMANDA SCHIMIDT	08875-VP - ALESSANDRA MARIA LEMOS PONTES	
08709-VP - KESSIE KRISTINE MENON RIBEIRO	08783-VP - MIGUEL JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR	08876-VP - ANDRESSA RAZERA PEZOTI	
08713-VP - EWERSON CRISTIANO BREDA	08784-VP - DAIANE LOPES CAMARGO	08877-VP - AURELIO DE PAULA SILVA	
08714-VP - EDUARDO A. SCARDANZAN LOBATO	08785-VP - CRISTIANE BENELLI MATIOLLO	08878-VP - CLAUDIA CRISTINA COSTA	
08716-VP - MERCIA SOTET DE FAZZIO	08786-VP - CARLOS E. MOLLI PEREIRA DA COSTA	08879-VP - CRISTIANE M. WAZILEWSKI MUNER	
08717-VP - ALEXANDRE INCKOT MIKOSZ	08787-VP - LIGIA MARA DA CRUZ	08880-VP - CRISTINA FUGANTI	
08720-VP - ANA JULIA STEINBACH	08788-VP - MARLI CHAVES RIBEIRO	08881-VP - DENISE CARMELITA STANGE	
08721-VP - DANIELLE DA SILVA BORGES	08789-VP - JUAN MAGALHÃES OJAS	08882-VP - EDGAR INACIO DE LUCENA FILHO	
08722-VP - CARLA C. GARCIA ZAFANELLI	08790-VP - DAYANE CAROLINE DE PAULA	08883-VP - ELIZANDRA CRISTINA LOPES	

Prima Cancelada

00180-ZP - FERNANDO A. DA ROCHA FURTADO	00368-VP - JOSE SIDNEY FLEMMING	04941-VP - SABRINA ENDO TAKAHASHI	06788-VP - JAQUELINE RAFAELA STEILEIN
00416-ZP - RICARDO J. DE A. E ARRUDA	00548-VP - LAURO LUIZ LOPES	05297-VP - RENATA SALES SAPORITI	06810-VP - PHILIPP KELLER
00507-ZP - ROGER HILBERT LOOSE	01078-VP - OFELIA ESTER LAFANI NOGUEIRA	05577-VP - LILIA KIMIE KITANI	06851-VP - ADRIANNE KARLA BONILHA
00618-ZP - ALEXANDRE INCKOT MIKOSZ	02881-VP - ANDREA S. NEVES MARIN CAMPOS	05608-VP - THAIS PIMENTA MARQUES	07018-VP - CARLA CRISTINA MONTEIRO
00716-ZP - EUNICE RAMOS DE LIRA E SILVA	03083-VP - MITSUHIRO TSUJI	05750-VP - KARLA REGINA LEITE CORDEIRO	07136-VP - BREDA KAREN PAVIM
00751-ZP - KATIA CYLENE GUIMARAES	03407-VP - RICARDO GARCIA BALAROTTI	05902-VP - JOYCE DENISE WARKEN DE SOUZA	07149-VP - DAIANE SANCHUKI
00753-ZP - VINICIUS PEGORARO	03475-VP - ARYELE HERRERA	06158-VP - ANNE LOUISE CARON	07497-VP - JULIANA FUJIMOTO
00777-ZP - FABIANO LOPES BUENO	03823-VP - ERIKA MARQUES DE FREITAS	06241-VP - JEAN MARCEL FERRAO SANDRINI	07504-VP - MONICA DORNELLES DEVITTE
00820-ZP - MARCELO GUARAGNI	04315-VP - FRANCINE M.C. DE OLIVEIRA	06246-VP - ALLAN JOHNNY GOYA	07528-VP - MARCIO M. DORIGON NOTOMI
00836-ZP - DANIEL H. DE PAULA TEIXEIRA	04338-VP - CLAUDIO KLEMZ	06489-VP - LILIAN ALVES	07652-VP - MARCIO W. DE MENDONCA
01014-ZP - AMERICO FROES GARCEZ NETO	04736-VP - GUGLIELMO SIOLARI	06663-VP - RENATA SCHAEFER SARTORI	07791-VP - MURILO PRENDIN NAVARRO
00187-VP - VERA LUCIA DE OLIVEIRA	04866-VP - DANIELLE FINKLER	06708-VP - ROBERTA S. MOUCHBAHANI	07838-VP - MAYCON ARIEL MAIOR
00329-VP - JOSE YUJI YAMAGUTI	04875-VP - HEITOR ENIO LUDWIG JUNIOR	06713-VP - KENIO FERREIRA MUNHOZ	08095-VP - PAULA FERNANDA MASSINI

Prima Reativada

00925-ZP - LEOMAR JACO DUNKE	04970-VP - MAURICIO COPACHESKI
00641-VP - AUGUSTO GUNDI HIROSI	05209-VP - HUMBERTO SCHIFFER CURY
01334-VP - NELSON JOSE ROGALLA	06729-VP - MICHELLY CARVALHO
03628-VP - MILENA VARGAS DE OLIVEIRA	07149-VP - DAIANE SANCHUKI
04113-VP - HORACIO T. DOS SANTOS	07443-VP - KAREN BRENNER

Secundária

00421-ZP - ALEXANDRE MIGUEL	08786-VP - CARLOS E. M.I PEREIRA DA COSTA
04724-VP - ANA LETICIA RODENHEBER TOMITA	08809-VS - ANDRÉA CHARANTOLA
06468-VP - RONALDO LUIZ ROMANI	08810-VP - VINICIUS NEVES SIMÃO
06695-VP - ALESSANDRA HAMANN	08811-VS - FLAVIA MARTINEZ CARDOSO
08667-VS - LUIZ ALBERTO KASPER	08812-VS - GIOVANNA LAUER SCHNEIDER
08718-VS - FERNANDO SELL DA COSTA	08824-VS - FRANCIELE VOLANTE
08719-VS - FELIPE LOPES CAMPOS	08825-VS - MARCUS VINICIUS BORGES

Secundária Cancelada

00818-ZS - RENATA DE FREITAS FUJII	01997-VS - FLAVIO HIROSHI SAGAE
01193-VS - NIRIO ANTONIO BERNDT	06452-VS - RENATO FABRIZZI LUCAS

Secundária Reativada

03768-VP - CARLOS E. DE ARRUDA SILVEIRA

Transferência Concedida

00432-ZP - DELCIO CESAR CORDEIRO ROCHA	07722-VP - TATIANI LUZ CAMARGO
00761-ZP - RAFAEL CESARIO PAINE	08037-VP - GUILHERME SHIN IWAMOTO HAGA
00805-ZP - PAOLA KIARA GUERREIRO	08043-VP - LIVIA SCHELL WANDERLEY
03693-VP - ARNALDO DINIZ VIEIRA	08074-VP - AYODELE FLORIANO SILVA
04181-VP - MARCELO LOURENCO DE LIMA	08184-VP - VINICIUS SALLES CERCI
04785-VP - NICOLE CHEROBIM	08235-VP - JEANNE DANIELLA MENEZES
05231-VP - PEDRO FERREIRA GRANJA JUNIOR	08281-VP - RAFAEL MANN FILUS DE OLIVEIRA
05546-VP - GEANDRA MEIRICE ARAGAO	08375-VP - JOAO ANDRE DE MATOS OLIVEIRA
06164-VP - JULIANA ARENA GALHARDO	08417-VP - CLEITON RIBEIRO FREITAS
06276-VP - JOSE ADAUTO GONCALVES	08451-VP - GIORGE JOSE SPAGNOL
06449-VP - JULIETA CATARINA BURKE	08466-VP - LARISSA RODRIGUES GALERA
06645-VP - NADIA YURI SHIMOSAKA	08521-VP - LUIS GUSTAVO RICARDO STURARO
06704-VP - SANDRA MARA ANDRADE DAVIES	08545-VP - MARIANA FRANCO DE GODOY
06831-VP - GISELE OLIVEIRA ROMAO	08560-VP - EDUARDO PEREIRA MURBACK
07146-VP - ROBERTA COELHO BARRANCO	08710-VP - DENISE DE OLIVEIRA
07427-VP - JAKELINE PAOLA ZANON	08753-VP - MANOEL PADILHA MARCHESOTTI
07584-VP - FABIO BARDAL	

Transferência Recebida

01052-ZP - ANA A. MENDES D. ALMEIDA OLIVEIRA	08822-VP - RENATA POLIANA COELHO PINA
08352-VP - MARÍLIA GAIOVICZ	08823-VP - ANGELO A. PROCOPIO COSTA
08712-VP - JORGE MARTINS CARDOSO	08868-VP - FABIANE APARECIDA SABINO
08715-VP - VINICIUS FRANZONI CAPISTRANO	08869-VP - DARLAN ANGELO TECCHIO
08798-VP - FRANCISCO A. DE AZEVEDO SOUZA	08870-VP - MAIRA CRISTINA NOGUEIRA
08799-VP - GUILHERME KIPPER SALVADORI	08871-VP - MARTA DEPINÉ DALPIAZ
08800-VP - MILTON MIKIO MORISHIN FILHO	08872-VP - DÉBORA BELLINI MACHADO
08801-VP - DENISE GOBBI CAUS	08873-VP - CAMILA MATIAS DA SILVA
08802-VP - ROBERTA NUCCI	08900-VP - ALEXANDRE JOSÉ COUTINHO
08803-VP - LIANE ZILIOOTTO	08901-VP - CLARISSA BARRETTA
08804-VP - NEIMAR BONFANTI GHELLER	08902-VP - JOSE AMERICO XAVIER DOS SANTOS
08805-VP - MARCELO PADILHA	08903-VP - SERVIO TULIO JACINTO REIS
08806-VP - MICHEL ZAHDI	08935-VP - FERNANDA AZZAN GUERRINI SECCO
08807-VP - ANDREI KELLITON FABRETTI	08936-VP - JULIANA TRANCHO MEIRA

Transferência Concedida por Transferência

03734-VP - JOAO RENATO ZWETSCH	08045-VP - ROBERTA BOTTINO SOFFIATTI
--------------------------------	--------------------------------------

Transferência Recebida por Transferência

04625-VP - CLEANDRO PAZINATO DIAS	08129-VP - ANGELA PAULA SCHROEDER
05963-VP - MARISTELA SCHOENHERR	

Transferência Cancelamento

04227-VP - DANIELA APARECIDA UEMOTO

Aposentadoria Cancelamento

00020-VP - MINORE KURIKI

Eventos 2009

Curso de Capacitação de Responsáveis Técnicos para Atuação no Mercado de Peixes Ornamentais



Data: 18 e 19 de setembro
Local: CRMV-PR
Info.: (41) 3263-2511
www.crmv-pr.org.br

9ª Conferência Sul-americana de Medicina Veterinária – RIOVET

Data: 24 a 26 de setembro de 2009
Local: Riocentro – RJ
Info.: (21) 3295-2803/3295-2804
info@riovet.com.br / www.riovet.com.br

5º Congresso Mundial Brangus

Data: 12 a 18 de outubro de 2009
Local: Assunção – Paraguai
Info.: www.congresobrangusparaguay.org

Simpósio Internacional de Fisioterapia e Reabilitação Veterinária

Data: 25, 26 e 27 de setembro
Local: Botucatu – SP
Info.: (14) 3882-4243

XIV Encontro Nacional de Patologia Veterinária

Data: 12 a 16 de outubro de 2009
Local: Águas de Lindóia – SP
Info.: www.enapave2009.com.br

I Simpósio Internacional de Biossegurança e Pesquisa de Uso Duplo

Data: 21 de setembro de 2009
Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Info.: www.anbio.org.br

Curso na área de Reprodução

Data: 26 e 27 de setembro de 2009
Local: Anclivepa – SC – Florianópolis – SC
Info.: (48) 3035-4388
cursons@atitudepromo.com.br

II Gestão e Controle de Custos na Produção de Ovinos e Caprinos

Data: 23 e 24 de outubro de 2009
Local: Curitiba-PR
Info.: www.lapoc.ufpr.br

XIV Simpósio Paranaense de Ovinocultura/II Simpósio Paranaense de Caprinocultura/II Simpósio Sul Brasileiro de Ovinos e Caprinos

Data: 23 e 24 de setembro
Local: Curitiba
Info.: www.lapoc.ufpr.br

Simprotec Carnes 2009

Data: 30 de setembro a 1º de outubro de 2009
Local: Londrina – PR
Info.: www.techfoods.com.br

Curso Felinos

Data: 24 e 25 de outubro
Local: Anclivepa – SC – Florianópolis – SC
Info.: (48) 3035-4388
cursons@atitudepromo.com.br

VI Congresso Brasileiro de Biossegurança e VI Simpósio Latino-americano de Produtos Biotecnológicos

Data: 22 a 25 de setembro
Local: Univ. do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Info.: www.anbio.org.br

IV Encontro do Grupo Fowler Noroeste

Data: 30 de setembro a 4 de outubro de 2009
Local: Diamante do Norte – PR
Info.: (45) 3035-6007
 (45) 9105-2728

III Congresso Nacional de Saúde Pública Veterinária I Encontro Internacional de Saúde Pública Veterinária

Data: 25 a 28 de outubro de 2009
Local: Local: Bonito – MS
Info.: abspv@abspv.org.br

Manual de Zoonoses

Volume I - 1ª Edição - 2009

Promoção:
 Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná
 Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina
 Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul

Mais informações:
 (41) 3263-2511

9 de setembro

Dia do Médico Veterinário

Uma homenagem do CRMV-PR a todos os profissionais do Paraná.



Em 1968 foram criados o Conselho Federal, os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária e regulamentada a profissão de Médico Veterinário no Brasil. Um ano depois nasce o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná que, em 2009, comemora seus 40 anos.

